



Livro de Legado do G20
A Trilha de Finanças em 2024





**LIVRO DE LEGADO DO G20
A TRILHA DE FINANÇAS EM 2024**

Novembro de 2024



ÍNDICE

PREFÁCIO.....	7
INTRODUÇÃO	8
VISÃO GERAL.....	9
CALENDÁRIO OFICIAL.....	9
A TRILHA DE FINANÇA EM NÚMEROS.....	12
FORÇA TAREFA DA ALIANÇA GLOBAL CONTRA A FOME E A POBREZA	14
FORÇA TAREFA DA MOBILIZAÇÃO GLOBAL CONTRA MUDANÇAS DO CLIMA.....	16
FORÇA TAREFA CONJUNTA DE FINANÇAS E SAÚDE	18
TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL	20
BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO	21
FINANCIAMENTO CLIMÁTICO.....	24
INFRAESTRUTURA	27
DÍVIDA	29
INCLUSÃO FINANCEIRA.....	30
G20 SOCIAL.....	32
A TRILHA DE FINANÇAS NA MÍDIA	34
AGRADECIMENTOS	36
CONCLUSÃO.....	38
ANEXOS.....	39



PREFÁCIO

O presente documento deixa claro que os temas propostos pela Presidência Brasileira para a agenda da Trilha de Finanças do G20 em 2024 estão centrados em um único propósito: construir uma nova globalização, pautada na cooperação internacional para enfrentar os desafios sociais e ambientais que a onda anterior de globalização não conseguiu resolver. Esse propósito reflete as prioridades anunciadas pelo Presidente Lula, que incluem o combate à fome e à pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global.

Durante a condução dos trabalhos, procuramos unir forças, recuperando o legado da Presidência Indiana, construindo agendas inovadoras e colaborando com o mundo acadêmico e a sociedade civil para embasar nossas propostas. Em coordenação com o Banco Central, essa combinação de negociações multilaterais rigorosas e de diálogo contínuo com os interlocutores do G20 resultou em uma conquista histórica: no decorrer de um ano, apresentamos a Declaração do Rio de Janeiro sobre Cooperação Tributária Internacional, o Roteiro do G20 para Bancos Multilaterais de Desenvolvimento Melhores, Maiores e Mais Eficazes, além de uma agenda com recomendações para ampliar o acesso a fundos verticais e ambientais, e uma série de Notas do G20 sobre questões como desigualdade, dívida dos países mais pobres e mudança climática. Contamos com o forte apoio dos membros do G20 para aprovar dois *Communiqués* e elaborar esses documentos consensuais.

Estamos apenas no começo, Temos confiança de que a África do Sul dará continuidade à nossa agenda no próximo G20. Acreditamos também que a COP 30, a ser organizada em Belém, se beneficiará grandemente das nossas conquistas no G20. O Brasil continuará comprometido com os temas que norteiam sua atuação internacional: o fortalecimento da governança econômica global, a cooperação internacional, o desenvolvimento sustentável e o combate às desigualdades.

Fernando Haddad
Ministro da Fazenda do Brasil

INTRODUÇÃO

Em um cenário global de desafios intensos e complexos, a Presidência Brasileira do G20 em 2024 trouxe para a trilha de finanças uma agenda que foi além das metas econômicas tradicionais. Com um olhar voltado para uma nova fase da globalização — mais justa, inclusiva e sustentável —, o Brasil assumiu a responsabilidade de liderar discussões que reafirmam o papel essencial da cooperação internacional e da busca do consenso para enfrentar as questões econômicas, sociais e ambientais mais urgentes de nosso tempo. Buscamos enfatizar que um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo só é possível quando ninguém é deixado para trás, o que se refletiu nas prioridades de todos os grupos de trabalho e da Trilha de Finanças.

A participação do Brasil nas principais agendas de finanças internacionais tem sido marcada pelo compromisso de enfrentar desafios globais e regionais que vão desde a luta contra a desigualdade, o combate à fome e à pobreza, até o financiamento de ações climáticas e a busca por uma arquitetura financeira internacional mais justa e inclusiva, além de um sistema financeiro capaz de promover crescimento econômico robusto, sustentável, equilibrado e inclusivo. Este documento irá apresentar as agendas prioritárias que o Brasil promoveu em 2024, os objetivos definidos, os resultados alcançados até o momento e os próximos passos para cada uma das iniciativas.

Entre as agendas, destacam-se a Força Tarefa da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que visa combater o problema da insegurança alimentar, renovando o comprometimento em erradicar a fome e a pobreza no mundo; a Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima, dedicada à coordenação de ações para tornar a agenda climática parte integral do planejamento econômico e da mobilização de recursos para a transição ecológica, mitigação e adaptação climáticas; a agenda de Tributação Internacional, que buscou aprofundar quadros para uma cooperação tributária internacional mais justa, eficiente e inclusiva; e a agenda dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, que se propôs a ampliar as reformas dessas instituições e reforçar sua atuação como um sistema, reconhecendo seu papel fundamental para apoiar os países na mobilização de recursos para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris.

Também sublinhamos a importância da agenda para o Financiamento Climático, que almejou garantir acesso ampliado a recursos para projetos de adaptação e mitigação, destacando ainda a importância de uma transição justa e das soluções baseadas na natureza para combater a atual crise climática. Por fim, destacamos o papel do G20 Social, que buscou promover o diálogo entre a Sociedade Civil e as delegações do G20, sempre defendendo a inclusão social e econômica em contextos globais e locais.

Para cada uma destas importantes agendas, serão apresentados os principais resultados, indicando as prioridades do Brasil e os avanços que devem contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável. Esperamos que este compêndio sirva de referência para que sigamos aprimorando nossas estratégias de cooperação internacional, cientes de que ainda há muito que avançar para vencer os desafios de nosso tempo, e construir um futuro mais próspero para todos e todas.

Tatiana Rosito
Secretary for International Affairs

VISÃO GERAL

O G20 opera de maneira distinta das organizações internacionais tradicionais, adotando uma estrutura baseada em duas trilhas principais interconectadas: a Trilha de Sherpas e a Trilha de Finanças. Sob a Presidência do Brasil, essas duas trilhas trabalharam juntas e colaboraram de forma inédita.

Em ambas as trilhas, há Grupos de Trabalho temáticos que se reúnem regularmente, compostos por representantes dos membros permanentes, países convidados e organizações internacionais.

A Trilha de Finanças, focada em questões macroeconômicas estratégicas, é liderada pelos Ministros de Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais dos membros permanentes. Em 2024, a economista e embaixadora Tatiana Rosito, vice-ministra da Fazenda, desempenhou o papel de Coordenadora dessa trilha.

A Trilha de Finanças inclui sete Grupos de Trabalho, além de três Forças-Tarefa:

Grupos de Trabalho (GT): Economia Global (FWG); Arquitetura Financeira Internacional (IFAWG); Infraestrutura (IWG); Finanças Sustentáveis (SFWG); Parceria Global para a Inclusão Financeira (GPFI); Assuntos do Setor Financeiro (FSI); e Tributação Internacional.

Forças-Tarefa (FT): Aliança Global contra a Fome e a Pobreza; Finanças e Saúde; e Mobilização Global contra a Mudança do Clima.

CALENDÁRIO OFICIAL

Dezembro de 2023

Data	Reunião	Localização
13	Sherpas — Sessão Conjunta dos <i>Deputies</i> de Finanças e Bancos Centrais	Brasília
14 – 15	1ª Reunião de <i>Deputies</i> de Finanças de Bancos Centrais (FCBD)	Brasília

Janeiro de 2024

Data	Reunião	Localização
17 – 18	1ª Reunião do FWG	Virtual
25 – 26	1ª Reunião do IFAWG	Virtual

Fevereiro de 2024

Data	Reunião	Localização
1	1ª Reunião da FT de Finanças e Saúde	Virtual
1 – 2	1ª Reunião do IWG	Virtual
5 – 6	1ª Reunião do SFWG	Virtual
21 – 23	1ª Reunião da FT Aliança Global contra a Fome e a Pobreza	Virtual
26 – 27	2ª Reunião do FCBD	São Paulo
28 – 29	1ª Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais (FMCBG)	São Paulo

Março de 2024

Data	Reunião	Localização
11 – 12	FT Mobilização Global contra a Mudança do Clima	Virtual
14 – 16	1ª Reunião da Parceria Global para Inclusão Financeira	Brasília
20 – 22	FT Aliança Global contra a Fome e a Pobreza	Brasília
25 – 26	2ª Reunião do IFAWG	Brasília
27 – 28	2ª Reunião do FWG	Brasília

Abril de 2024

Data	Reunião	Localização
1 – 3	2ª Reunião do SFWG	Brasília
4 – 5	FT Aliança Global contra a Fome e a Pobreza	Brasília
4 – 5	2ª Reunião do IWG	Brasília
8	3ª Reunião do FCBD	Virtual
17 – 18	2ª do FMCBG	Washington (EUA)

Mai de 2024

Data	Reunião	Localização
21 – 23	Simpósio sobre Tributação Internacional	Brasília
21 – 24	FT Aliança Global contra a Fome e a Pobreza	Teresina

Junho de 2024

Data	Reunião	Localização
10 – 12	3ª Reunião do IFAWG	Fortaleza
19	2ª FT Conjunta Saúde e Finanças	Virtual
24 – 25	3ª Reunião do FWG	Bruxelas (Bélgica)
25	FT Aliança Global contra a Fome e a Pobreza	Virtual
26 – 27	3ª Reunião do IWG	Foz do Iguaçu

Julho de 2024

Data	Reunião	Localização
1 – 3	2ª Parceria Global para a Inclusão Financeira	Fortaleza
09 – 10	3ª Reunião do SFWG	Belém
11 – 12	FT Mobilização Global contra a Mudança do Clima	Belém
22 – 23	4ª Reunião do FCBD	Rio de Janeiro
25	FT Aliança Global contra a Fome e a Pobreza	Rio de Janeiro
25 – 26	3ª Reunião do FMCBG	Rio de Janeiro

Agosto de 2024

Não houve reuniões oficiais

Setembro de 2024

Data	Reunião	Localização
5 – 6	4ª Reunião do IFAWG	Seul (Coreia)
9	3ª FT Conjunta Saúde e Finanças	Virtual
9 – 11	4ª Reunião do SFWG	Rio de Janeiro
12 – 13	FT Mobilização Global contra a Mudança do Clima	Rio de Janeiro
18	Reunião de Deputies sobre Empoderamento Feminino	Virtual
23 – 24	4ª Reunião do FWG	Rio de Janeiro
26 – 27	3ª Parceria Global para a Inclusão Financeira	Rio de Janeiro
30/09 – 01/10	4ª Reunião do IWG	Rio de Janeiro

Outubro de 2024

Data	Reunião	Localização
22	5ª Reunião do FCBD	Washington (EUA)
23 – 24	4ª Reunião do FMCBG	Washington (EUA)
23 – 25	Reunião Conjunta de Ministros de Mudanças do Clima e de Finanças	Washington (EUA)
31	Reunião Ministerial Conjunta de Saúde e Finanças	Rio de Janeiro

Novembro de 2024

Data	Reunião	Localização
14 – 16	Cúpula do G20 Social	Rio de Janeiro
18 – 19	Cúpula dos Líderes do G20	Rio de Janeiro

A TRILHA DE FINANÇAS EM NÚMEROS

2 Communiqués de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais (FMCBG)

1 Declaração Ministerial sobre Cooperação Tributária Internacional

1 Declaração Conjunta dos Ministros de Finanças e de Saúde sobre a Resposta ao Mpox

1 Declaração do Presidente de Sessão—Reunião Ministerial Conjunta de Finanças e Saúde (JFHMM)

1 Sumário do Presidente de Sessão—FMCBG

- 5 Reuniões de *Deputies* de Finanças e Bancos Centrais (FCBD)
- 4 Reuniões FMCBG
- 1 Reunião Ministerial Conjunta de Ministros de Finanças e Relações Exteriores para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza
- 1 Reunião Ministerial Conjunta de Ministros de Finanças, Clima e Meio-Ambiente e Relações Exteriores, junto com Presidentes de Bancos Centrais, para a Força Tarefa de Mobilização Global contra a Mudança do Clima
- 1 Reunião Conjunta de Ministros de Finanças e Saúde (JFHMM)
- 1 Reunião de *Deputies* sobre Empoderamento das Mulheres para a Construção de um Mundo Justo e Sustentável



34

Documentos
de Consenso
mencionados
pelo G20

70+

Reuniões, com
mais de 30
presenciais

40+

Eventos,
simpósios e
conferências

50+

Relatórios
técnicos

500+

Reuniões
bilaterais



Equipe do G20 Brasil — Terceira Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais, julho de 2024.
Foto: Diogo Zacarias

FORÇA TAREFA DA ALIANÇA GLOBAL CONTRA A FOME E A POBREZA

A luta contra a fome e a pobreza é uma das três prioridades da Presidência Brasileira do G20. Para enfrentar esse desafio, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs a criação de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, no âmbito do G20, a ser desenvolvida por meio de uma Força-Tarefa Conjunta (FTC) entre as Trilhas de Finanças e Sherpas. A proposta para a FTC foi aprovada de maneira unânime pelo G20, e a Aliança foi oficialmente lançada na Cúpula dos Líderes em 18 de novembro de 2024, ocasião em que seus membros fundadores foram anunciados.

A estrutura institucional e os mecanismos de governança da Aliança foram definidos após quatro rodadas de negociações técnicas iniciadas em fevereiro. A aprovação final dos Documentos Fundamentais ocorreu durante a Reunião Ministerial Conjunta, realizada em 24 de julho, no Rio de Janeiro. Desde então, a Aliança está aberta à adesão de Estados, organizações regionais, organizações internacionais, entidades filantrópicas e da sociedade civil. É importante destacar que a filiação não se limita aos membros do G20. Desde seu lançamento, a Aliança tem operado de forma independente do G20.



Sessão de Abertura da Reunião Ministerial da Força-Tarefa para Estabelecer uma Aliança Global contra Fome e a Pobreza, julho de 2024. Foto: Ricardo Stuckert

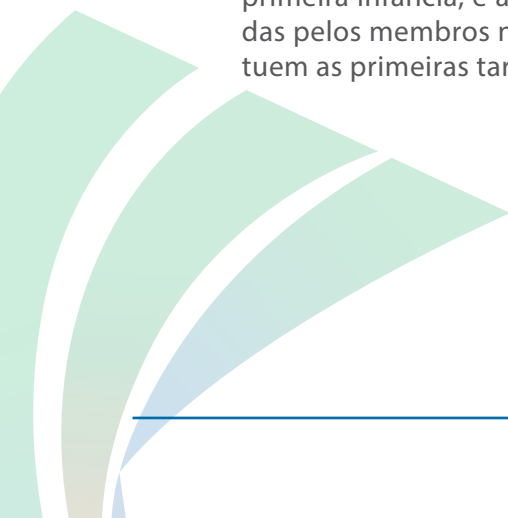
O principal objetivo da Aliança é fomentar a cooperação internacional com base em experiências bem-sucedidas no combate à insegurança alimentar, nutricional e à pobreza multidimensional, muitas das quais originárias do Sul Global. A iniciativa é impulsionada pela convicção de que o mundo dispõe de recursos financeiros e técnicos suficientes para erradicar a fome e reduzir significativamente a pobreza. No entanto, a falta de vontade política tem sido um obstáculo para a coordenação de esforços capazes de gerar impactos significativos e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 e 2 até 2030.

Para esse fim, a Aliança promove a cooperação internacional por meio de uma “Cesta de Políticas” baseadas em evidências — um conjunto de programas e políticas públicas cuja eficácia já foi comprovada na prática. A implementação dessas políticas é apoiada por três pilares principais: Nacional, Financeiro e de Conhecimento. Esses pilares reúnem recursos disponibilizados pelos membros para apoiar outros integrantes na concretização dos ODS 1 e 2, por meio das políticas da Cesta. Todo o processo é liderado pelos Estados implementadores, sendo os recursos fornecidos de forma voluntária. O Mecanismo de Apoio da Aliança atua facilitando parcerias entre Estados implementadores e outros membros, estatais ou não estatais.

No que diz respeito ao financiamento, o JTF reconhece que os recursos internacionais disponíveis para os ODS 1 e 2 estão dispersos em inúmeros projetos de pequeno porte, o que aumenta os custos de transação para os países beneficiários e para as agências financiadoras. Mesmo quando esses projetos alcançam seus objetivos, eles frequentemente não geram mudanças sistêmicas significativas. Para enfrentar esse desafio, a Aliança buscará superar essa fragmentação, coordenando os esforços de financiamento em apoio a políticas e programas de alcance nacional.

Para estruturar suas atividades, a Aliança conta com um Conselho de Campeões e um Mecanismo de Apoio. Este último terá sua sede na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma, com uma unidade subsidiária no Brasil e um escritório de apoio em Washington. Os recursos necessários para financiar essa estrutura já foram acordados entre os membros da Aliança, sendo que o Brasil será responsável por cobrir 50% do custo total.

Como primeira iniciativa de suas funções, a Presidência Brasileira do G20 lançou os “Sprints 2030”, um esforço concentrado para estimular a ação dos membros fundadores em seis áreas prioritárias da sua Cesta de Políticas: nutrição escolar, transferências de renda, programas de inclusão socioeconômica, intervenções voltadas para gestantes e primeira infância, e acesso à água para comunidades vulneráveis. As metas estabelecidas pelos membros nesses Sprints foram anunciadas na Cúpula Social do G20 e constituem as primeiras tarefas do Mecanismo de Apoio.



FORÇA-TAREFA PARA MOBILIZAÇÃO GLOBAL CONTRA A MUDANÇA DO CLIMA

A Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima (FT-CLIMA) foi uma iniciativa pioneira da Presidência Brasileira do G20 que uniu as trilhas de Finanças e de Sherpas para liderar ações estruturais na economia e no sistema financeiro para enfrentar a mudança do clima. Reuniu ao longo do ano representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Ministério das Relações Exteriores e do Banco Central. Ao promover o diálogo de alto nível entre governos, instituições financeiras e organismos internacionais, a Força-Tarefa procurou alcançar um alinhamento macroeconômico e financeiro global que conduza à implementação eficaz da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e do Acordo de Paris, mantendo sob alcance o objetivo de 1,5°C.



Reunião de Ministros de Finanças e do Meio Ambiente, outubro de 2024. Foto: Diogo Zacarias

O trabalho da Força-tarefa foi organizado em torno de duas áreas prioritárias. A primeira, “Redefinindo Ação”, voltada a apoiar uma mudança política que vá além de abordagens de mitigação em nível de projeto, rumo a planos nacionais de transição críveis, robustos e justos, além de plataformas nacionais que orientem as economias para alcançar os objetivos do Acordo de Paris e da Agenda 2030. A segunda, “Redefinindo Financiamento”, posta para o estabelecimento de princípios e prioridades para acelerar mudanças estruturais no setor financeiro, visando seu alinhamento completo com o Artigo 2.1(c) do Acordo de Paris, como complemento ao financiamento público.

Em outubro de 2024, durante as Reuniões Anuais do Fundo Monetário Internacional e do Grupo Banco Mundial, por meio da FT-CLIMA, o G20 reuniu, pela primeira vez, ministros de Finanças, Clima e Meio Ambiente, e Relações Exteriores, além de Presidentes de Bancos Centrais. A reunião ministerial encerrou o envolvimento de oito meses dos 21 membros do G20, juntamente com 15 países convidados e 25 organizações e grupos internacionais, sob a liderança do Brasil. Na ocasião, foi anunciado um pacote de resultados com a determinação do grupo em liderar ações ousadas, oportunas e estruturais nas economias nacionais e no sistema financeiro internacional, com o objetivo de acelerar e intensificar a ação climática, em sinergia com as prioridades de desenvolvimento sustentável e os esforços para erradicar a pobreza e a fome.

Os resultados da Força-Tarefa incluem uma declaração política — contendo compromissos sobre adaptação, mitigação e financiamento climático — e princípios voluntários para o planejamento de transição e plataformas nacionais de investimentos climáticos, além de recomendações sobre estruturas financeiras que atendam ao Acordo de Paris. Ao lado da declaração ministerial, foi também aprovado um documento de resultados que resume as principais conclusões da FT-CLIMA, capturando os principais temas, percepções e áreas de convergência levantadas pelos participantes. Ele fornece um conjunto de recomendações que podem orientar ações dos membros durante os próximos anos, de acordo com as diferentes circunstâncias, abordagens e caminhos nacionais.

Os documentos aprovados por consenso no G20 reforçam o compromisso dos membros com um planejamento nacional de transição robusto e liderado pelos próprios países, que sustente a ambição e a implementação das respectivas Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs).



FORÇA-TAREFA CONJUNTA DE FINANÇAS E SAÚDE

A Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde (JFHTF) recebeu um impulso renovado durante a Presidência Brasileira do G20. Criada em 2021 como resposta à pandemia de COVID-19, a JFHTF foi estabelecida para atuar como um fórum de diálogo e colaboração intersetorial, com o objetivo de promover ações coletivas voltadas para a melhoria da prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPR).

Durante nossa Presidência, seu escopo foi ampliado para enfatizar a importância de mobilizar e aumentar os investimentos no setor de saúde, com o objetivo de assegurar o cumprimento dos indicadores de saúde dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, além de garantir sistemas de saúde resilientes e equitativos.

Para implementar o objetivo da Presidência brasileira de promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, foram definidas três prioridades: (i) Determinantes Sociais da Saúde (DSS); (ii) Mecanismo de Dívida pela Saúde; e (iii) PPR a pandemias.

Como inovação da Presidência Brasileira e alinhado ao objetivo de promover maior engajamento e alinhamento entre as trilhas de Finanças e Sherpas, foram realizados dois eventos paralelos híbridos durante as reuniões presenciais do Grupo de Trabalho de Saúde. O primeiro teve como objetivo discutir prioridades, experiências passadas e lições aprendidas sobre acordos de “troca de dívida por saúde” (DfH), enquanto o segundo se concentrou na importância dos aspectos financeiros no contexto dos determinantes sociais da saúde. Além disso, duas discussões de alto nível foram organizadas para abordar como priorizar os investimentos no setor de saúde e como ampliar a resposta financeira em emergências de saúde.

Como resultado das discussões técnicas ao longo do ano, foram realizadas quatro entregas principais:

- 1. Policy Note do G20 sobre DSS:** Propõe a inclusão de indicadores como proteção social, ambiente físico e educação para auxiliar os países a aprimorar suas políticas de resposta a pandemias e identificar os investimentos necessários em áreas que normalmente não são abordadas por políticas de saúde tradicionais.
 - 2. Nota da Presidência do G20 sobre DfH:** Apresenta o potencial e as limitações deste mecanismo financeiro, incluindo uma análise crítica de sua aplicabilidade em contextos econômicos variados.
 - 3. Relatório Global do G20 sobre Vulnerabilidades de Saúde, Sociais e Econômicas Relacionadas a Pandemias:** Avalia os riscos econômicos globais associados às pandemias e as necessidades de financiamento estimadas, fornecendo uma base para políticas mais eficazes e coordenadas.
-

- 4. Manual Operacional:** Um guia não vinculativo para auxiliar governos e partes interessadas nas áreas de finanças e saúde a entender suas responsabilidades e melhorar a velocidade, a escala e a coordenação do financiamento para respostas a pandemias futuras.

Demonstrando a capacidade do G20 de agir de forma coordenada e rápida, o grupo respondeu prontamente ao apelo internacional do Centro Africano de Controle e Prevenção de Doenças (CDC África) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) por uma colaboração mais estreita no combate ao surto de Mpox. Em menos de uma semana, foi acordada e emitida uma Declaração Conjunta dos Ministros da Saúde e das Finanças do G20 sobre a Resposta ao Mpox.

A Declaração apontou a necessidade de desenvolvimento de insumos técnicos, incluindo: i) um Mecanismo de Rastreamento Financeiro (FTM) para identificar e monitorar regularmente as contribuições financeiras e os fundos alocados aos parceiros e entidades envolvidos na resposta ao Mpox; ii) uma avaliação econômica inicial dos países mais afetados pelo Mpox, com análise preliminar dos riscos e vulnerabilidades econômicas, além de uma descrição dos mecanismos de resposta financeira disponíveis na África; e iii) Como Acessar os Recursos Financeiros Existentes para a Resposta ao Mpox: Um Guia para as Partes Interessadas, incluindo exemplos de países.

Esses esforços refletem a capacidade do G20 de agir de maneira rápida e coordenada, reafirmando seu comprometimento contínuo com a saúde e a solidariedade globais.



Reunião Ministerial de Saúde e Finanças, outubro de 2024. Foto: Rafael Nascimento

TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL



4ª Reunião FCBD, julho de 2024 — Conclusão da elaboração da Declaração Ministerial do G20 sobre Cooperação Tributária Internacional. Foto: Audiovisual G20

Diante da prioridade de combater a desigualdade e construir um mundo mais sustentável e justo, a Presidência Brasileira do G20 destacou temas de grande importância em sua agenda de tributação internacional. O diálogo global sobre justiça tributária ganhou novos contornos com o lançamento da Agenda de Tributação Internacional, que pela primeira vez foi tratada como um fluxo de trabalho no contexto da Trilha de Finanças do G20.

Durante a primeira reunião de *deputies*, de 13 a 15 de dezembro de 2023, a iniciativa estabeleceu quatro prioridades: (i) a concepção de estratégias fiscais como instrumentos de redução da desigualdade; (ii) a continuidade do trabalho sobre a estratégia de Dois Pilares no âmbito do BEPS; (iii) o reforço da transparência fiscal; (iv) o estudo inteligente e eficaz das políticas de incentivos fiscais.

Além da entrega de sete relatórios comissionados com estudos sobre os temas prioritários da agenda, promoveu-se um avanço no debate tributário internacional, por meio da troca de ideias e com o envolvimento de especialistas de referência no campo econômico, bem como das autoridades fiscais e sociedade civil. A temática da cooperação tributária foi pauta de sessões nas três primeiras reuniões ministeriais da Trilha de Finanças.

A agenda foi ganhando espaço e o avanço da proposta de tributação dos super-ricos passou a ser um objetivo central diante das prioridades estabelecidas. Para levar adiante esta

proposta inovadora, contamos com a colaboração do Professor Gabriel Zucman, que na primeira reunião ministerial entre 21 e 23 de fevereiro de 2024, em São Paulo, apresentou estudos sobre um imposto mínimo coordenado sobre os super-ricos.

Também foram organizados dois eventos de alto nível, que cumpriram o objetivo de aprofundar o debate sobre a tributação dos super-ricos com os Ministros das Finanças da França e do Quênia, a Diretora-Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) durante as Reuniões de Primavera e, em seguida, convocamos o Simpósio de cooperação tributária internacional, em Brasília, contando com autoridades tributárias dos países do G20 e representantes da academia e sociedade civil. Foram debatidos temas como o aumento da transparência, experiências nacionais na tributação de riquezas e formas de mobilizar recursos para o combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável.

As discussões realizadas durante o primeiro semestre do G20 abriram caminho para as negociações da Declaração Ministerial do Rio de Janeiro sobre Cooperação Tributária Internacional. Em 25 e 26 de julho, foi aprovada a Declaração Ministerial, um documento histórico que marcou o início de um novo diálogo para sistemas tributários mais justos e inclusivos.

Para levar a agenda adiante, coordenou-se a participação do Brasil nas negociações prévias da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC), onde foi firmado o compromisso com a efetiva tributação dos super-ricos. Atualmente, os objetivos da agenda incluem a campanha para a aprovação de um protocolo inicial sobre os super-ricos no contexto das negociações da UNFCITC, que seguirão ocorrendo entre 2025 e 2027. Este será uma de nossas estratégias futuras para assegurar que o tema continue avançando e encontre alcance global. O engajamento construtivo junto à UNFCITC e outras iniciativas de cooperação tributária desenvolvidas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Plataforma Regional de Cooperação Tributária para América Latina e o Caribe (PTLAC), marcarão os próximos passos da agenda de tributação internacional, que também ganhou espaço na proposta de agenda pela Presidência Sul Africana do G20 em 2025.

BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO

Em sua Presidência do G20, o Brasil assumiu a missão central de enfrentar as desigualdades, promover a ação climática e reformar os sistemas de governança internacional. Sob o tema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável,” o Brasil comprometeu-se a liderar discussões sobre reformas nos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) para torná-los mais eficazes e equipados para responder aos desafios globais e regionais. Esses esforços se alinharam à prioridade conferida pela Presidência Indiana do G20 e ao compromisso dos Líderes do G20 na Declaração de Nova Delhi de setembro de 2023, que pediu por BMDs “melhores, maiores e mais eficazes.” Essa declaração destacou a necessidade dos bancos reformarem suas visões, estratégias operacionais e capacidades financeiras para ampliar seu impacto, especialmente no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diante disso, a Presidência Brasileira do G20 priorizou a construção do “Roteiro do G20 para BMDs Melhores, Maiores e Mais Eficazes” — uma proposta coesa para tornar essas institui-

ções mais relevantes, sustentáveis e inclusivas, melhor preparadas para apoiar a agenda dos ODS, expandir o financiamento climático e promover uma representação mais equitativa para os países em desenvolvimento. Como parte central dos objetivos do Roteiro está a ideia de que os BMDs devem funcionar não apenas como entidades independentes, mas como parte de um sistema interconectado e mais amplo, com capacidade de expandir recursos e enfrentar os complexos desafios de desenvolvimento de maneira integrada.

Por meio de um processo colaborativo com os membros do G20, com os BMDs e com apoio de think tanks, a Presidência Brasileira do G20 obteve a aprovação histórica do Roteiro, refletindo um compromisso do G20 com um sistema multilateral de financiamento ao desenvolvimento mais robusto e inclusivo. Para cada um dos pilares do Roteiro, cabe destacar:

- **BMDs Melhores:** Os membros do G20 apoiaram o chamado do Brasil para que os bancos expandissem as plataformas lideradas pelos países, simplificassem as políticas operacionais e implementassem mecanismos de financiamento baseados em risco, aprimorando a capacidade de resposta aos países em desenvolvimento. Ao ampliar sua capacidade de atuar como um sistema, os BMDs reforçarão a mobilização de recursos em bases programáticas e harmonização sempre que possível.
- **BMDs Maiores:** Houve um consenso amplo de que os bancos devem expandir sua capacidade de financiamento para enfrentar tanto os desafios emergentes quanto os já existentes, ao mesmo tempo que gerenciam cuidadosamente os riscos para seus balanços. A implementação do Capital Adequacy Framework (CAF) avançou em várias instituições, indicando uma integração mais profunda dessa agenda, e os membros do G20 concordaram que revisões periódicas dessa implementação são essenciais. Adicionalmente, os BMDs foram incentivados a realizar revisões periódicas de suas estratégias para assegurar o alinhamento de recursos com as metas institucionais, e a apresentar relatórios periódicos ao Grupo de Trabalho de Arquitetura Financeira Internacional (IFAWG), que monitorará a evolução da capacidade financeira do sistema. Esse processo contínuo de revisão fornecerá uma base sólida para ajustes estratégicos e informará decisões sobre possíveis aumentos de capital quando necessário.
- **BMDs Mais Eficazes:** O Roteiro inclui recomendações para amplificar as vozes dos países em desenvolvimento e melhorar a diversidade dentro da governança dos BMDs. Sistemas aprimorados de medição de impacto promoverão o alinhamento com métricas relacionadas aos ODS e fortalecerão a coordenação do sistema, melhorando a transparência e incentivando a responsabilidade institucional.

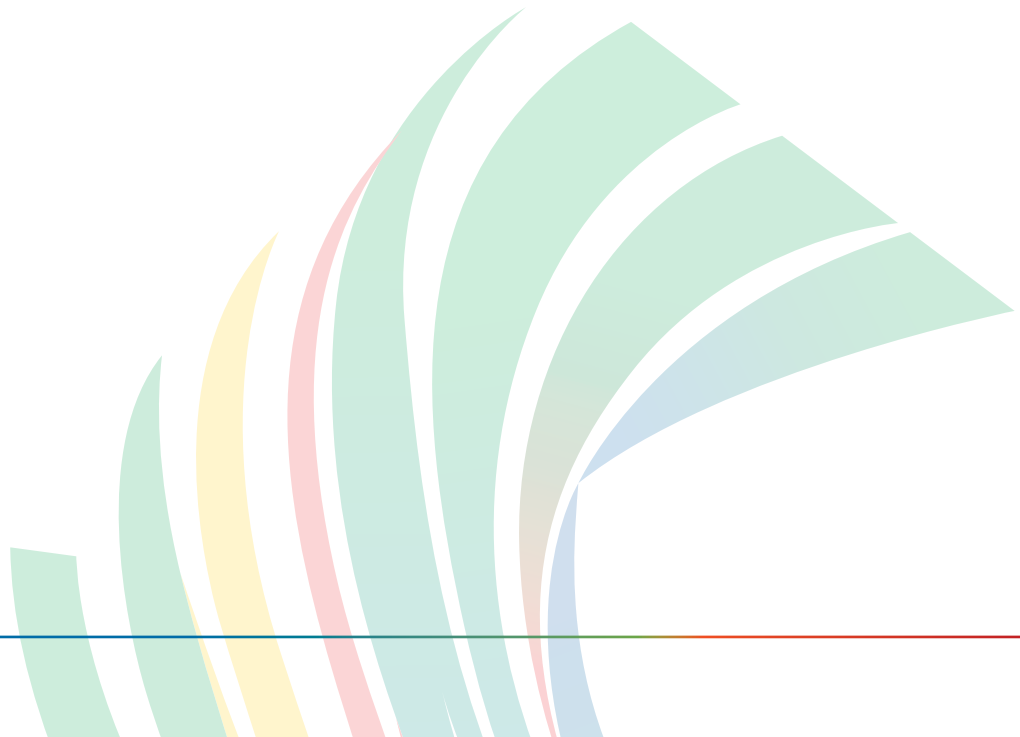
O Brasil está comprometido com a implementação bem-sucedida do Roteiro por meio de uma coordenação ativa com o IFAWG. Este processo colaborativo envolverá os bancos e os membros do G20 em revisões periódicas de progresso. Os principais elementos na implementação do Roteiro incluem::

- **Desenvolvimento de uma Estrutura de Monitoramento:** O Brasil apoia o estabelecimento de um sistema de monitoramento abrangente com indicadores mensuráveis, onde aplicável, o que aumentará a transparência e a responsabilidade nas reformas dos BMDs.
-

- **Engajamento Contínuo com os BMDs:** Uma interação próxima entre o IFAWG e os bancos é essencial para manter o progresso, e o Brasil trabalhará para assegurar atualizações regulares e um impulso constante nas ações do Roteiro.
- **Fortalecimento de Parcerias:** O Brasil incentiva os BMDs a fortalecerem parcerias com bancos nacionais e regionais, o setor privado e instituições de financiamento ao desenvolvimento para expandir o alcance e o impacto das iniciativas de financiamento sustentável.



Anúncio do Roteiro para BMDs na Quarta Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais, outubro de 2024. Foto: Diogo Zacarias



FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Sob a liderança do Brasil na Presidência do G20, a agenda do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis (Sustainable Finance Working Group — SFWG) concentrou-se em temas estratégicos voltados: i) à otimização das operações dos fundos climáticos e ambientais multilaterais; ii) a avançar na discussão sobre planos de transição críveis, robustos e justos; iii) à análise dos desafios de implementação de relatórios de sustentabilidade para pequenas e médias empresas e em países em desenvolvimento; e iv) a promover o financiamento de soluções baseadas na natureza. Essa agenda visou reforçar o papel dos Ministérios das Finanças e Bancos Centrais na promoção da sustentabilidade, alinhando-se aos compromissos assumidos pelos países no Acordo de Paris e na Agenda 2030, que preveem a limitação do aquecimento global e o progresso das metas de sustentabilidade em diversas esferas sociais e ambientais.

Entre os resultados alcançados, destaca-se o relatório desenvolvido pelo grupo independente de especialistas de alto nível, que elaborou mais de 50 recomendações detalhadas, identificando gargalos nas operações dos fundos verticais e sugerindo melhorias que poderiam desbloquear consideráveis recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável. O relatório também propôs que os Fundos oferecessem suporte direto às plataformas nacionais, mudando o foco de projetos individuais para estratégias e planos de investimento orientados para a transformação sistêmica nos países. Esse relatório foi bem recebido pelos membros do SFWG e incorporado ao Relatório de Finanças Sustentáveis deste ano.

Buscou-se ainda a promoção de princípios de alto nível que orientassem o setor privado a criar planos de transição robustos, críveis e justos. Esses princípios buscavam guiar a descarbonização completa da cadeia de valor, estabelecer metas quantitativas e mensuráveis para o curto, médio e longo prazo, apoiar o planejamento financeiro e o engajamento de stakeholders, entre outros aspectos fundamentais para uma transição sustentável. Adicionalmente, o Brasil destacou a importância de fomentar transições justas para uma economia de baixo carbono, de forma que seja inclusiva, levando em consideração os impactos sociais e econômicos, especialmente sobre as populações mais vulneráveis, de forma a não deixar ninguém para trás. Assim, foi elaborado e endossado um conjunto de 7 Princípios de Alto Nível para o setor privado, destinado a orientar a elaboração de planos de transição consistentes com os padrões regulatórios globais. Esse conjunto de princípios estabelece uma estrutura comum para empresas e instituições financeiras em seu planejamento, mesmo em jurisdições que ainda não estabeleceram regulamentações nacionais específicas. Além disso, foram formuladas recomendações para promover transições justas.

Para promover o financiamento para Soluções baseadas na Natureza (SbN), o Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis identificou as principais barreiras e, com base em um relatório de estudos de caso, avaliou a adequação e eficácia de diversos instrumentos financeiros para cada setor ou cenário de SbN, com foco em instrumentos de “blended finance”. Entre os resultados alcançados, o grupo endossou uma série de recomendações, inclusive para organizações internacionais, instituições de financiamento ao desenvolvimento (como bancos multilaterais e fundos climáticos e ambientais verticais), jurisdições e outras partes interessadas para que empreguem uma ampla variedade de ferramentas financeiras, como subsídios, participação acionária e financiamentos concessionais, a fim de mitigar os riscos

e as particularidades dos investimentos em SbN. Além disso, foram recomendados instrumentos inovadores, como pequenos subsídios, mercados de carbono, créditos de biodiversidade e swaps de dívida por natureza. Para aumentar a atratividade e a capacidade dos projetos em demonstrar resultados, o grupo também sugeriu uma ampliação das práticas de medição e avaliação de impacto de tais instrumentos na conservação da biodiversidade e na mudança do clima, bem como o fortalecimento das capacidades nessa área.

Para avançar a agenda proposta pelo Brasil para o G20, no tema de finanças sustentáveis, os próximos passos incluem a implementação das recomendações do Grupo Independente de Especialistas, visando aprimorar a eficiência e o impacto dos fundos climáticos internacionais, de forma a aumentar a capacidade de apoio financeiro para ações sustentáveis. Outro passo essencial será a promoção da adoção dos Princípios de Alto Nível pelo setor privado, bem como o estímulo ao desenvolvimento de regulamentações nacionais para apoiar planos de transição sólidos e padronizados. Por fim, será fundamental integrar as recomendações de transição justa nas políticas e legislações nacionais, incentivando a incorporação das práticas sustentáveis e seguir na promoção de instrumentos financeiros inovadoras para projetos na área de Soluções baseadas na Natureza.

Mecanismo de Financiamento das Florestas Tropicais

O Mecanismo de Financiamento das Florestas Tropicais (TFFF) é um mecanismo proposto para financiar a conservação das florestas tropicais à escala mundial. Cerca de 1 bilhão de hectares de florestas em pé em quase 70 nações com florestas tropicais em desenvolvimento (TFN) são susceptíveis de beneficiar-se do TFFF. O governo brasileiro tem liderado as discussões juntamente com o Banco Mundial e outros 11 países (Reino Unido, EUA, Alemanha, Noruega, Emirados Árabes Unidos, França, Colômbia, República Democrática do Congo, Gana, Mali, Índia) à margem das reuniões do G20 e da COP.

O TFFF inova em três aspectos em comparação com os regimes de conservação florestal existentes:

1. Não depende de subvenções soberanas e donativos de economias desenvolvidas. Pelo contrário, constitui uma oportunidade de investimento de muito baixo risco, em que estes países fornecem inicialmente empréstimos reembolsáveis, capital próprio ou garantias. Este apoio é depois utilizado para quintuplicar os recursos privados. Finalmente, as receitas do fundo são investidas numa carteira diversificada que produz um spread anual sobre o custo do capital. Este spread financia então a conservação das florestas.
2. Os países são recompensados por hectares de florestas em pé, em vez de o serem pela redução do desmatamento, atribuindo um preço indireto aos bens naturais. Isto significa que os países com muitas florestas, mas pouco desmatamento também são pagos, melhorando as estruturas de incentivo (atualmente, os países que não desflorestam não beneficiam destes regimes). Não há contabilização das emissões de carbono ou da biodiversidade, para evitar uma complexidade desnecessária.

3. As TFNs são pagas com base nos resultados e têm maior flexibilidade na afetação dos recursos do TFFF a programas governamentais destinados à conservação, em vez de terem de submeter projetos específicos à aprovação do conselho de administração. No entanto, as receitas devem continuar a ser direcionadas de forma transparente para as políticas de conservação.

Ao longo do ano passado, conseguimos ganhar terreno significativo tanto na elaboração do conceito como no envolvimento político. Em nível técnico, foi elaborada uma nota conceitual inicial pelo governo brasileiro em associação com funcionários e consultores do Banco Mundial. Os principais elementos desta nota estão agora a ser discutidos em três grupos de trabalho compostos por representantes dos governos dos países acima referidos, e espera-se que uma versão revisada seja finalizada até ao final de janeiro.

No plano político, os chefes de delegação da vertente financeira do G20 reuniram-se em julho (no Rio de Janeiro) para discutir o TFFF, e os ministros do ambiente e/ou das mudanças climáticas presentes na COP CBD (Cali) realizaram uma sessão de apoio ao TFFF em outubro. Algumas declarações conjuntas envolvendo o Presidente Lula já incluíram o tema, que deverá constar da declaração do líder da Cimeira do G20, no Rio, ainda este mês. Houve também reuniões com potenciais investidores privados em Nova Iorque, durante a Semana do Clima, e vários compromissos com o Banco Mundial para garantir o apoio ao projeto.

No âmbito da sua presidência da COP 30, o Brasil pretende continuar a angariar apoios e a elaborar documentos legais para que, em novembro de 2025, o TFFF possa ser formalmente lançado em Belém. O objetivo é assegurar compromissos de um elevado número de apoiantes para que o fundo possa atingir 25 mil milhões de dólares em capital catalítico, a fim de angariar mais 100 mil milhões de dólares nos mercados de capitais.



Reunião do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis, julho de 2024. Foto: Audiovisual (G20).

INFRAESTRUTURA



Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura, setembro de 2024. Foto: Cláudio Sobreira

O Grupo de Trabalho de Infraestrutura (IWG) discutiu estratégias para ampliar os investimentos em infraestrutura, essenciais para enfrentar a transição climática e as desigualdades sociais, especialmente em países em desenvolvimento. Sob a liderança do Brasil, os esforços do IWG culminaram em quatro relatórios que delineiam caminhos para expandir os investimentos em infraestrutura e promover o desenvolvimento sustentável de longo prazo:

- 1. Financiamento e Investimentos em Infraestrutura Resiliente ao Clima.** Este relatório analisa a lacuna de investimentos no setor e a crescente vulnerabilidade da infraestrutura diante de eventos climáticos extremos. Entre os principais destaques estão a necessidade de aprimorar a transparência e a disponibilização de informações sobre eventos climáticos extremos, tornar a análise de resiliência climática uma etapa obrigatória em projetos de infraestrutura e introduzir opções inovadoras de financiamento que combinem incentivos fiscais, linhas de concessão, recursos públicos, capital privado, entre outros.
- 2. Infraestrutura e Redução da Pobreza.** Este relatório destaca a infraestrutura como um motor essencial para o crescimento econômico e a inclusão social. Ele enfatiza a importância de políticas que garantam a disponibilidade, qualidade e acessibilidade dos serviços de infraestrutura, apresentando recomendações baseadas em demandas para maximizar o impacto social a partir da perspectiva dos usuários. O documento sugere a adoção de melhores estruturas de precificação e ressalta que subsídios podem ser necessários para ampliar o acesso dos segmentos mais vulneráveis da população.

3. **Mitigando o Risco Cambial em Projetos de Infraestrutura.** Este relatório analisa os riscos associados à volatilidade cambial em investimentos em infraestrutura, considerando que muitos projetos são financiados em moeda estrangeira enquanto a arrecadação ocorre em moeda local. Apresenta estratégias para reduzir ou mitigar esses riscos, como o financiamento em moeda local, o fortalecimento de mercados de capitais domésticos e vários mecanismos financeiros adaptados às necessidades de diferentes países. Entre os exemplos destacados está a iniciativa brasileira *Eco Invest*.
4. **Investimentos em Infraestrutura Transfronteiriça.** Este relatório aborda os desafios e oportunidades relacionados ao desenvolvimento de infraestrutura transfronteiriça para promover a integração e o desenvolvimento regional. Inspirado nas experiências dos países do G20, o documento destaca que projetos transfronteiriços, devido à sua complexidade, demandam análises robustas de viabilidade econômica e de governança. Esses projetos devem estar alinhados com os objetivos de desenvolvimento dos países envolvidos e podem se beneficiar do apoio de bancos multilaterais de desenvolvimento para fomentar a cooperação transnacional.

Além disso, o IWG organizou três eventos públicos paralelos com especialistas para discutir investimentos em infraestrutura transfronteiriça, o desenvolvimento de infraestrutura natural sustentável e os desafios enfrentados pelos países africanos na expansão dos investimentos em infraestrutura.

Com o término da Presidência Brasileira, espera-se que os relatórios do IWG forneçam uma base metodológica sólida para aprimorar o financiamento da infraestrutura nos países do G20, com o potencial de gerar impactos de longo prazo no desenvolvimento sustentável. Esse esforço reafirma nosso compromisso com um futuro mais equitativo e resiliente.



DÍVIDA

A resolução dos problemas relacionados à dívida pública é crucial para reduzir a pobreza e a desigualdade, especialmente nos países mais pobres, sendo também fundamental para fomentar o desenvolvimento sustentável. Trata-se de um desafio global que requer soluções coordenadas. Contudo, o cenário atual de fragmentação e tensões entre as principais potências globais torna a cooperação internacional nessa área particularmente desafiadora.

Durante sua presidência do G20, o Brasil assumiu esse desafio e obteve resultados significativos. Notavelmente, alcançou um consenso inédito entre todos os membros do G20 em um documento essencial que contribuirá para acelerar a reestruturação da dívida dos países mais pobres. Além disso, a Presidência introduziu análises inovadoras sobre a relação entre trocas de dívida e investimentos cruciais para o desenvolvimento, bem como organizou eventos que destacaram as perspectivas das nações africanas sobre financiamento e endividamento.

Além disso, a Presidência promoveu discussões que incorporaram perspectivas alternativas sobre a dívida, indo além das abordagens tradicionalmente defendidas pelas instituições de Bretton Woods. Apesar dos desafios ainda existentes, o Brasil demonstrou liderança e equilíbrio nas discussões do G20, engajando-se de forma honesta e imparcial com membros que possuíam visões divergentes. Sua postura ativa e pragmática na defesa do desenvolvimento diante desses desafios foi amplamente reconhecida.



Debate Conduzido pela África sobre Dívida e Financiamento para o Desenvolvimento, junho de 2024.
Foto: Audiovisual (G20).

INCLUSÃO FINANCEIRA

Sob a Presidência Brasileira do G20, a Parceria Global para Inclusão Financeira (GPFI) destacou a inclusão financeira como um pilar fundamental para promover o desenvolvimento econômico e social, bem como para reduzir a desigualdade. A inclusão financeira é um impulsionador essencial do crescimento econômico e do progresso social, ajudando os países a avançarem em pelo menos sete dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e contribuindo para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Essa iniciativa fortalece a capacidade das famílias de enfrentar choques financeiros, capacita pequenas empresas com acesso a crédito e recursos, e amplia a capacidade dos países de alcançar um desenvolvimento econômico sustentável.

Quando a inclusão financeira entrou na agenda global, as políticas iniciais concentraram-se principalmente em ampliar o acesso a produtos e serviços financeiros, em resposta aos altos níveis de exclusão. Com o tempo, avanços tecnológicos e inovações nos mercados financeiros impulsionaram a evolução tanto do acesso quanto do uso de tais serviços e produtos, promovendo políticas de inclusão financeira em todo o mundo. No futuro, será crucial não apenas continuar expandindo o acesso e o uso, mas também priorizar a qualidade da inclusão financeira e seu impacto no bem-estar financeiro.



Reunião da Parceria para a Inclusão Financeira do G20, março de 2024. Foto: Raphael Ribeiro

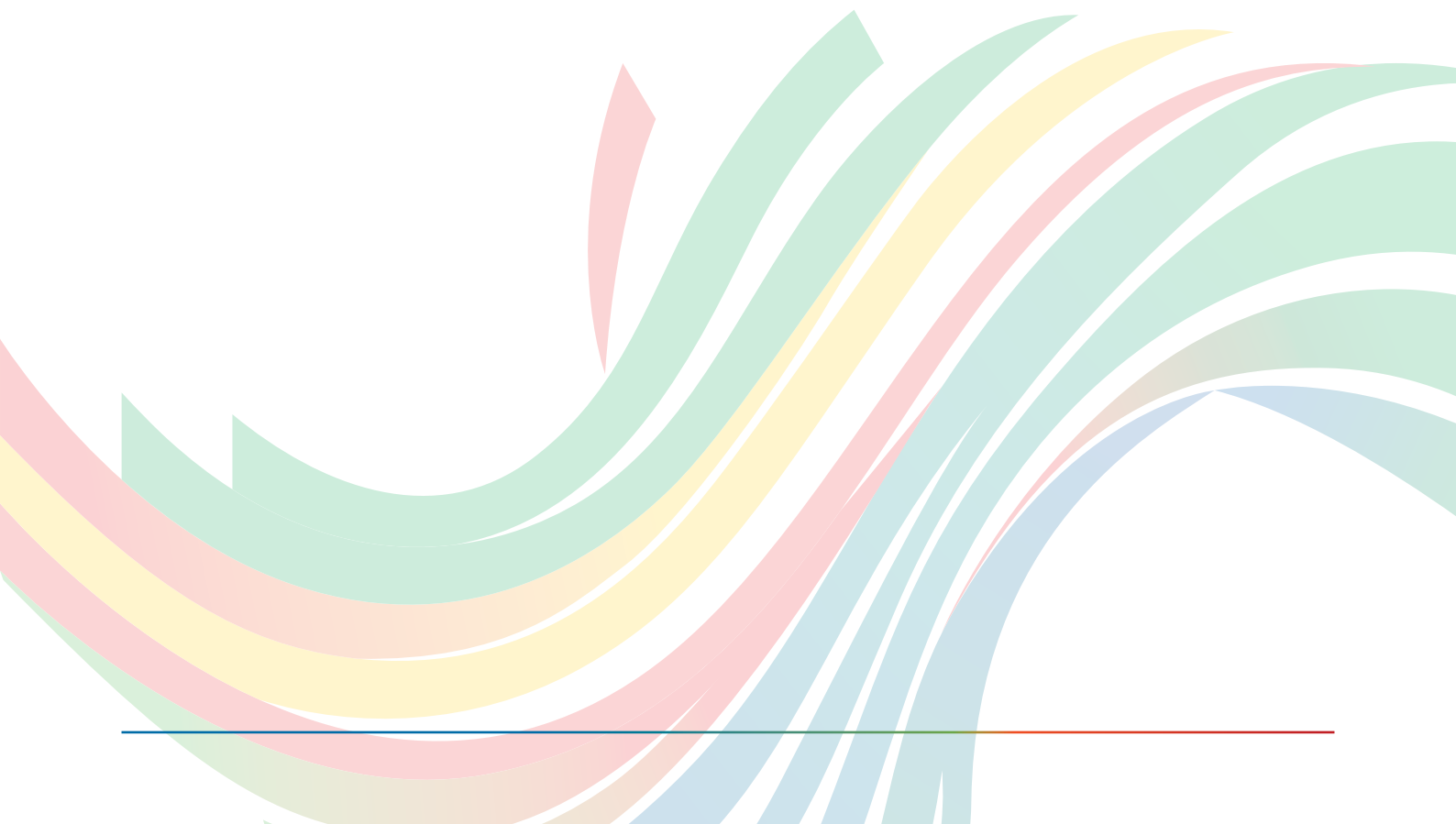
O acesso a serviços financeiros, sem políticas adequadas para assegurar a qualidade da inclusão, pode gerar novas vulnerabilidades para populações já em situação de carência.

A qualidade leva em conta as necessidades e condições do usuário final, incluindo aspectos socioculturais e econômicos, e, quando priorizada, busca garantir que o acesso e o uso desses serviços contribuam efetivamente para o bem-estar financeiro da população.

Com esse objetivo, o GPFI desenvolveu um conceito consensual de bem-estar financeiro.

O GPFI também identificou opções de políticas para melhorar o acesso e a inclusão financeira de qualidade na chamada “última milha”, voltadas tanto para indivíduos quanto para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). O objetivo foi compreender os fatores e barreiras que ainda dificultam o acesso e o uso generalizados de produtos e serviços financeiros, especialmente em áreas onde esses aspectos podem ser aprimorados. Esse trabalho apresenta um diagnóstico baseado em dados sobre os 1,5 bilhão de adultos que permanecem financeiramente excluídos, identifica os obstáculos que impedem os provedores de serviços financeiros de alcançá-los e descreve duas abordagens de políticas: blocos fundamentais e medidas destinadas a suprir as lacunas específicas vivenciadas por esses grupos. Além disso, o grupo desenvolveu um conjunto prático de indicadores de qualidade para garantir que as populações da “última milha” sejam incluídas de maneira efetiva, atendendo de fato às suas necessidades.

Por fim, o GPFI destaca que os serviços financeiros digitais adaptados às necessidades das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) são fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável. Esses serviços devem atender à diversidade de demandas dessas empresas e estar alinhados à sustentabilidade do ecossistema em que operam. Nesse contexto, o GPFI alcançou um progresso significativo ao propor um novo plano de ação para o financiamento das MPMEs. Esse plano apresenta um conjunto de ações políticas concretas, instando os países a intensificar esforços no sentido de reduzir a lacuna de financiamento dessas empresas, aproveitando lições de experiências recentes e inovações das novas tecnologias financeiras.



G20 SOCIAL

O G20 Social foi uma inovação pela Presidência Brasileira do G20 para fortalecer e ampliar a participação social dos atores nos debates e processos de tomada de decisão do G20. O Ministério da Fazenda constituiu uma equipe para direcionar o diálogo entre a sociedade civil e a Trilha de Finanças, responsável por participar nas atividades dos Grupos de Engajamento (GE) e da sociedade civil, e organizar reuniões sobre os temas e prioridades da Trilha de Finanças.

Em 2024, foram oficialmente reconhecidos 13 GEs: C20 (Sociedade Civil); T20 (Think Tanks); Y20 (Jovens); W20 (Mulheres); L20 (Trabalho); U20 (Cidades); B20 (Negócios); S20 (Ciência); Startup20 (Startups); P20 (Parlamentos); SAI20 (Instituições de Controle); e os mais recentes, J20 (Cortes Supremas) e O20 (Oceanos). Além, os grupos paralelos incluíram o F20 (Favelas), o Fórum Inter-Religioso, Crianças do G20, entre outros.

Um dos resultados mais significativos desse processo foi a realização das Sessões do G20 Social durante as Reuniões Oficiais das duas Trilhas, em julho de 2024. A Sessão do G20 Social ocorreu durante a 4ª Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais (FCBD), no Rio de Janeiro. Antes da Sessão, os países membros e as organizações internacionais receberam propostas elaboradas por todos os Grupos de Engajamento, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (CDESS) e pelo F20. Durante o evento, cada grupo apresentou suas prioridades, seguidas de intervenções dos delegados. A Sessão ofereceu uma oportunidade inédita para representantes da sociedade civil dialogarem diretamente com os negociadores da trilha de finanças.

Ao longo da Presidência Brasileira, foram organizados 12 debates envolvendo a sociedade civil brasileira e internacional para discutir os temas prioritários da trilha de Finanças. Esses eventos incluíram: “Sociedade Civil e o G20 na Presidência Brasileira”; “Desigualdade e Tributação: Uma Perspectiva Internacional”; “Economia Global e Desigualdades”; “Prioridades e Desafios da Trilha de Finanças na Presidência Brasileira do G20”; “Reunião da Sociedade Civil sobre o G20 e Tributação Internacional”; “Presidência Brasileira do G20 e Tributação Internacional”; “Finanças para uma Transição Justa: Reunião do G20 e da Sociedade Civil”; “Evento Paralelo da Trilha de Finanças do G20 e as Mulheres”; “G20 e a Reforma da Governança Global”; “25 Anos do G20: E Agora?”; “Próximos Passos para a Tributação dos Super Ricos”; e “G20, Dívida Soberana e Desafios do Desenvolvimento”.

Um dos destaques foi a “Reunião da Sociedade Civil sobre Tributação Internacional,” que culminou na elaboração do documento Recomendações da Sociedade Civil sobre Tributação Internacional para os Ministros das Finanças do G20. Além disso, foram publicados Policy Briefs com propostas para o combate às desigualdades, apresentadas pela sociedade civil durante a reunião virtual Economia Global e Desigualdades. A equipe do Ministério da Fazenda participou ativamente de 11 eventos de Grupos de Engajamento (seis virtuais e cinco presenciais) e de 14 eventos organizados pela sociedade civil brasileira e internacional (10 virtuais e quatro presenciais), fortalecendo o acesso à informação e promovendo o diálogo com a sociedade civil.

Em outubro, durante uma reunião informal de transição entre os governos da África do Sul e do Brasil, realizada em Pretória, representantes do governo sul-africano manifestaram a intenção de dar continuidade à iniciativa do G20 Social. Em resposta, a sociedade

civil sul-africana organizou um encontro para dar início à estruturação do C20, convidando a equipe do G20 Social para compartilhar sua experiência. A reunião contou ainda com a participação de representantes da sociedade civil brasileira.

Por fim, o ponto culminante do G20 Social foi a Cúpula Social, realizada em novembro, às vésperas da Cúpula de Líderes do G20, ambas no Rio de Janeiro. O evento serviu como plataforma para apresentar o trabalho desenvolvido durante a Presidência Brasileira. Na ocasião, foi lançado o relatório sobre as atividades do G20 Social no âmbito da Trilha de Finanças, que sistematizou as lições aprendidas com essa experiência inédita. Os resultados demonstraram o potencial da participação social como ferramenta para democratizar e aumentar a transparência dos fóruns internacionais, deixando um legado significativo para as futuras presidências do G20.



Evento do G20 Social sobre Tributação Internacional, maio de 2024. Foto: André Corrêa

A TRILHA DE FINANÇAS NA MÍDIA

DEZ
2023

- <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/12/em-novo-multilateralismo-india-passa-presidencia-do-g20-para-o-brasil.shtml>
- <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/12/01/brasil-assume-presidencia-do-g20-com-fome-e-desigualdade-no-topo-da-agenda.ghtml>
- <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/12/brasil-assume-pela-1a-vez-presidencia-do-g20-e-vai-propor-reforma-de-instituicoes-internacionais.shtml>
- <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/08/g20-no-brasil-quais-os-principais-assuntos-que-o-brasil-quer-discutir-na-presidencia.ghtml>
- <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/12/01/brasil-presidencia-g20-desafios.html>

FEB
2024

- <https://www.theguardian.com/news/2024/feb/29/taxation-worlds-billionaires-super-rich-g20-brazil>
- <https://apnews.com/article/brazil-g20-economy-finance-ministers-tax-super-rich-282e2982e53bfb7f63752bc969da6d72>
- <https://www.reuters.com/world/france-backs-global-minimum-tax-billionaires-g20-2024-02-28/>
- <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/02/28/g20-entenda-como-o-brasil-quer-buscar-consenso-para-tributacao-global-de-super-ricos.ghtml>
- <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/02/28/pobreza-e-desigualdade-precisam-ser-enfrentados-como-problemas-globais-diz-haddad-na-abertura-do-g20.ghtml>
- <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/02/29/brasil-superou-expectativas-e-tem-enorme-vantagem-na-nova-economia-do-clima-diz-georgieva.ghtml>

ABR
2024

- <https://www.reuters.com/world/americas/brazil-sees-proposal-tax-super-rich-gaining-momentum-will-look-g20-declaration-2024-04-17/>
- <https://www.reuters.com/world/americas/g20-review-multilateral-development-banks-reform-roadmap-october-says-brazil-2024-04-18/>
- <https://cnnportugal.iol.pt/impostos/g20/franca-quer-criar-um-imposto-minimo-para-taxar-as- pessoas-mais-ricas-do-mundo/20240417/66201930d34e0498921fdb36>
- <https://fortune.com/2024/04/20/nobel-laureate-esther-duflo-proposes-taxing-3000-billionaires-to-protect-the-worlds-poorest-from-climate-change-and-most-americans-likely-agree-with-the-plan/>
- <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/04/17/taxar-bilionarios-e-multis-paga-divida-moral-com-mais-pobres-diz-nobel-de-economia.ghtml>
- <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/04/19/haddad-ve-nova-perspectiva-para-economia-global.ghtml>

JUL
2024

- <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/26/comunicado-dos-ministros-de-financas-no-g20-cita-divida-de-paises-pobres-e-governanca-financeira.ghtml>

JUL
2024

- <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/01/para-sociedade-civil-onu-deve-arbitrar-taxao-de-super-ricos-proposta-pelo-brasil.ghtml>
- <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/26/ministros-do-g20-se-comprometem-a-colaborar-para-taxar-super-ricos-mas-ignoram-proposta-de-tributacao-global.ghtml>
- <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2024/07/22/brasil-ve-janela-para-apoio-do-g20-a-taxacao-de-bilionarios-mesmo-com-eleicoes-nos-eua.htm>
- <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2024/07/11/ex-autoridades-internacionais-pedem-taxacao-de-super-ricosao-g20.htm>
- <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/business/2024/07/including-taxation-of-the-super-rich-in-g20-communicate-is-a-moral-achievement-says-brazils-finance-minister.shtml>
- <https://apnews.com/article/brazil-g20-finance-ministers-tax-billionaires-d2f289d5912f63c10a539171bbd83227>
- <https://apnews.com/article/brazil-g20-finance-ministers-tax-02ae7901caef79b1f097963235d00c0d>
- <https://reuters.com/business/g20-financial-chiefs-flag-global-economic-soft-landing-warn-risks-war-2024-07-26/>

SET
2024

- <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/30/brasil-tera-no-g20-entregas-concretas-em-financas-diz-embaixadora.ghtml>
- <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/10/entregamos-100percent-das-propostas-programadas-diz-coordenador-do-grupo-de-financas-sustentaveis-do-g20.ghtml>
- <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/11/nao-ha-caminho-de-volta-para-as-financas-climaticas-depois-do-g20-diz-coordenadora-de-trilha-de-financas-do-grupo.ghtml>

OUT
2024

- <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/10/22/pais-celebra-conquista-de-protagonismo-em-pautas-sociais-no-g20.ghtml>
- <https://www.reuters.com/sustainability/sustainable-finance-reporting/g20-welcomes-recommendations-unlock-climate-funds-will-monitor-implementation-2024-10-24/>
- <https://www.reuters.com/world/g20-finance-chiefs-express-economic-optimism-urge-resistance-protectionism-2024-10-24/>
- <https://www.reuters.com/sustainability/sustainable-finance-reporting/brazil-launches-platform-attract-foreign-investment-climate-ecological-projects-2024-10-23/>
- <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/10/26/no-ltimo-dia-de-reunio-do-fmi-e-banco-mundial-bancos-multilaterais-discutem-reforma-nas-instituies.ghtml>
- <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/10/23/haddad-destaca-aprovao-de-dois-comunicados-do-g20-sob-presidencia-do-brasil.ghtml>
- <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/10/24/g20-haddad-defende-taxacao-de-super-ricos-financiamento-climatico-e-investimento-em-prevencao-de-pandemias-em-reuniao-ministerial.ghtml>
- <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2024/10/a-inovacao-brasileira-de-juntar-no-g20-ministros-do-meio-ambiente-economia-e-bancos-centrais-foi-aprovada-e-deve-continuar.ghtml>

AGRADECIMENTOS

A equipe da Trilha de Finanças do G20 Brasil merece reconhecimento pelo comprometimento e colaboração que possibilitaram os avanços alcançados pela Presidência Brasileira em 2024. A dedicação e o profissionalismo de cada integrante foram fundamentais para promover a troca de conhecimento técnico e construir um ambiente de cooperação que fortaleceu o diálogo entre as delegações do G20. Juntos, obtivemos resultados que impactarão positivamente a governança econômica global e reforçarão o multilateralismo. Esse esforço coletivo contribuiu de forma significativa para uma compreensão mais aprofundada das questões econômicas globais, impulsionando estratégias para a construção de um mundo mais justo e de um planeta sustentável.





Cada um de vocês fez a diferença.

CONCLUSÃO

A Presidência Brasileira no G20 marcou um importante avanço na construção de uma agenda financeira global comprometida com a inclusão, a sustentabilidade e a resiliência econômica. Com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Trilha de Finanças conseguiu mobilizar esforços para fortalecer os sistemas financeiros dos países membros e promover políticas que beneficiem a economia global como um todo, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.

Entre os resultados mais notáveis, destaca-se o progresso na formulação de novas políticas de financiamento climático, que buscam mitigar os impactos da crise ambiental ao mesmo tempo que fomentam o crescimento sustentável. Também enfatizamos o lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, uma iniciativa conjunta das trilhas de Finanças e Sherpas, desenvolvendo uma estratégia integrada que envolveu as melhores políticas, *knowledge partners* e apoio financeiro para abordar a luta contra a fome e a pobreza. Destaque-se ainda a aprovação de um roteiro de ação para Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, apresentando recomendações para que estes evoluam nas suas visões e capacidades financeiras, maximizando o impacto de suas ações. Além disso, foram promovidos debates sobre o aprimoramento da cooperação tributária internacional, e a reforma das instituições financeiras internacionais, buscando torná-las mais inclusivas e representativas das economias emergentes, refletindo a diversidade e os desafios de uma economia globalizada.

Apesar de todos os avanços, os desafios persistem e requerem continuidade nos esforços de cooperação econômica e financeira. É fundamental que se mantenha o compromisso com a construção de uma economia global mais justa e sustentável, onde o desenvolvimento seja acessível a todos e ninguém fique para trás. A Presidência Brasileira no G20 deixará a marca da ambição política, mas sempre reforçando a importância do pragmatismo, do consenso e da permanente cooperação para superar os obstáculos que ainda nos impedem de alcançar o desenvolvimento sustentável. Para enfrentar a pobreza, a desigualdade, as mudanças climáticas e outros desafios urgentes, devemos permanecer comprometidos em ouvir uns aos outros e buscar o consenso, além de redobrar o foco na implementação dos compromissos. Isso é ainda mais importante num cenário em que os desafios futuros da economia global podem ser ainda maiores do que os enfrentados nos últimos anos

ANEXOS
3º COMMUNIQUÉ FMCBG



Third G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting

COMMUNIQUÉ

26 July 2024



1. We, the Finance Ministers and Central Bank Governors of the G20, met on July 25 and 26 in Rio de Janeiro, Brazil. We were honored to be joined by our colleagues from invited countries and international organizations. With the purpose of making progress towards the three overarching priorities established by the Brazilian Presidency to the G20 in 2024, namely (i) social inclusion and the fight against hunger and poverty; (ii) energy transitions and sustainable development; and (iii) the reform of global governance institutions, we exchanged views on global economic developments, financial sector issues and financial inclusion, taxation, sustainable and climate finance, resilient infrastructure, and development financing, including capital flows, global debt and multilateral development banks reform.
2. We express our solidarity with Brazil and the people of Rio Grande do Sul in the aftermath of record floods which devastated that state in May. We are also in solidarity with the peoples and governments of other countries facing extreme weather events and natural disasters. As these events become more frequent and intense, affecting a large number of people and taking a toll on our economies, we underscore the criticality of addressing climate change and environmental crises and taking ambitious effective action to tackle these and other pressing global challenges.
3. We welcome the consensus reached by the G20 on the creation of the Global Alliance Against Hunger and Poverty, which took place on the 24th of July 2024, and look forward to its launch at the G20 Leaders' Summit in November 2024. Without duplicating existing initiatives, we establish as a priority the renewed commitment to support and accelerate efforts to eradicate poverty and hunger (SDGs 1 and 2) while reducing inequalities (SDG 10), contributing to revitalizing partnerships (SDG 17) and the achievement of other interlinked SDGs. We also welcome the ongoing work of the Task Force for a Global Mobilization Against Climate Change, which, by bringing together the sherpas and the finance tracks, aims to boost climate action and ambition by further mainstreaming climate change into the global economic agenda.

Global Economic Outlook and Ongoing Challenges

4. We are encouraged by the increasing likelihood of a soft landing of the global economy, although multiple challenges remain. We will continue to calibrate and clearly communicate our policies to foster strong, sustainable, balanced and inclusive growth (SSBIG), maintain price and financial stability, support fiscal sustainability and mitigate negative spillovers. Our fiscal policies will safeguard fiscal sustainability and rebuild buffers, remain growth-friendly and catalyze public and private investments towards productivity-enhancing reforms. Inflation continues to come down from elevated levels due to well-calibrated monetary policy and the unwinding of supply shocks. Central Banks remain strongly committed to achieving price stability in line with their respective mandates and will continue to adjust their policies in a data-dependent manner. Economic activity has proved to be more resilient than expected in many parts of the world, but the recovery has been highly uneven across countries, contributing to the risk of economic divergence. We remain concerned that medium and long-term global growth prospects are below historical averages. We will continue

to strive to reduce growth disparities across countries through structural reforms and measures. We reaffirm our April 2021 exchange rate commitment.

5. We commit to resist protectionism and encourage concerted efforts to support a rules-based, non-discriminatory, fair, open, inclusive, equitable, sustainable and transparent multilateral trading system with the WTO at its core and continue to support the reform efforts of the organization by its members.
6. Risks to the outlook remain broadly balanced. Upside risks include enhanced global cooperation, faster-than-expected disinflation, and productivity boosts due to technological innovations, including the development and deployment of safe and responsible Artificial Intelligence (AI). Downside risks include wars and escalating conflicts, economic fragmentation, more-persistent-than-expected inflation leading to higher-for-longer interest rates, extreme weather events, excessive public and private indebtedness, limited financial buffers in the private sector of several countries, lower-than-expected productivity growth, and the possible negative impacts of new technologies, including AI. Limited buffers and policy room to absorb new shocks could further hinder growth prospects, particularly in EMDEs.
7. Longstanding global challenges continue to require multilateral collaboration and decisive action. Poverty; hunger; malnutrition and diseases; inequality within and across countries; demographic transition; insufficient access to technologies and quality education; energy and food insecurity; significant financing gaps to cover social spending and investment; elevated debt burdens; subdued long-term capital flows to EMDEs; low productivity growth; significant loss of biodiversity; and climate change are key topics of concern. While recognizing these challenges, we reaffirm our commitment to accelerate progress towards achieving the 2030 Agenda and its SDGs.
8. We recognize that reducing inequality is pivotal for achieving SSBIG. The decline in global income inequality, which had been substantial since 2000, has slowed in recent years. In this context, we welcome the G20 Note on a Menu of Policy Measures and Recommendations to Address Inequality Pressures. It will outline policy options to address inequality and highlight the importance of international cooperation. While it is noted that there is scope for agreeing on general guidelines for policy action, there's no one-size-fits-all approach, given the multidimensional nature of inequality. Negative distributional impacts of climate change and transition policies can substantially aggravate inequality challenges, if not mitigated by appropriate policies. We reiterate the understanding that the cost of inaction is greater than the cost of action. We look forward to the outcome of technical discussions on the macroeconomic and distributional impacts of climate change and sustainable transition policies.

Concerted Action Towards Boosting Sustainable Development Finance

9. The consequences of climate change and biodiversity loss weigh on our economies and take a painful toll on our societies. For that reason, we are focusing on promoting effective policy frameworks and mobilizing adequate, affordable and accessible

finance to address climate change and biodiversity challenges, fostering inclusive sustainable development and facilitating just transitions, while considering national circumstances and institutional mandates. We look forward to the 2024 G20 Sustainable Finance Report, and receiving the Independent High-Level Expert Group Review on the Vertical Climate and Environmental Funds.

10. We support the Sustainable Finance Working Group agenda focused on advancing robust, credible and just transition plans for financial institutions and corporates, while accommodating different use-cases, acknowledging different jurisdictional frameworks and considering national circumstances. We look forward to the development of high-level principles for transition plans for corporations and financial sector institutions, whose adoption will be voluntary and non-binding. We welcome the reflections by G20 members on just transitions, which reinforce the connections between climate action and development challenges and the commitment to ensure that no one is left behind. While recognizing their benefits, we also note the ongoing assessment of the challenges of implementing sustainability reporting standards, such as those developed by the International Sustainability Standards Board (ISSB), particularly for SMEs and EMDEs. We look forward to the recommendations on how to address these challenges and to promote reliable, comparable and interoperable sustainability reporting disclosure standards, which are flexible and take into account country-specific circumstances.
11. We welcome the progress towards developing a repository of financial instruments for Nature-Based Solutions (NbS), emphasizing the integration of blended finance strategies and innovative sustainable financing instruments. We will continue to work on the recommendations for addressing the challenges to scaling up NbS financing and the G20 online repository of NbS financial instruments and case studies. We commit to accelerate our efforts to implement the G20 Sustainable Finance Roadmap, which is voluntary and flexible in nature.
12. Strengthening the global architecture for pandemic prevention, preparedness and response (PPR) and mobilizing sustainable financing for global health to meet health-related SDGs in an equitable way remain a pressing issue. In the aftermath of the COVID-19 pandemic, G20 leadership through the Joint Finance and Health Task Force (JFHTF) has been critical. It has allowed for enhanced coordination between Finance and Health Ministries for pandemic PPR and increasing financing to prevent and tackle health emergencies and strengthen national health systems. We are encouraged by the progress made by the JFHTF during the first two meetings and the G20 Presidency side events. We look forward to the finalization of the key deliverables under the three priorities listed in the JFHTF 2024 Workplan, by the Joint Finance and Health Ministerial Meeting (JFHMM), in Rio de Janeiro, on October 31st. We call for increased support to the Pandemic Fund, in particular through the voluntary expansion of its donor base, so as to augment the financing for EMDEs to strengthen their pandemic PPR capacities.
13. We underscore the critical importance of climate-resilient and quality infrastructure in the global context of climate change. To this effect, we welcome the G20/

OECD Report on Approaches for Financing and Investment in Climate-Resilient Infrastructure, taking into account national circumstances and priorities, which presents comprehensive case studies from countries with a diverse geographical and economic context showcasing successful approaches to financing and investing in climate-resilient infrastructure. We also look forward to the results of ongoing analytical work concerning the linkage between infrastructure and poverty reduction, the mitigation of foreign exchange risk in infrastructure projects, and the challenges of financing cross-border infrastructure, taking into account the overarching need to ensure affordability through appropriate financing mechanisms and adequate policy design.

14. We recognize that market fluctuations, tight financial conditions, and debt vulnerabilities, among others, could be adding near-term pressure on strained public budgets amid increasing financing costs. We believe that country-specific solutions to development financing challenges could be based on combined policy measures that support growth, domestic resource mobilization, capacity building, private capital flows, and targeted concessional financing. We call on the international community to step up support to developing countries' efforts in implementing sound macroeconomic frameworks, ambitious reforms and investments. We ask the IFAWG to discuss these challenges.

Transforming MDBs and how they work together

15. Building on the legacy of previous G20 Presidencies, we reaffirm our commitment to deliver better, bigger, and more effective Multilateral Development Banks (MDBs) to better address countries' sustainable development goals as well as global and regional challenges with a renewed sense of urgency and determination and continued focus on addressing the development needs and priorities of low- and middle-income countries. We will focus on areas where MDBs' collective and coordinated action, working as a system, can add value while respecting their individual mandates. We welcome the World Bank's progress on its Evolution Roadmap and the reforms being undertaken by other MDBs. We encourage ongoing initiatives to connect MDBs with national and subnational development banks.
16. We call on MDBs to continue enhancing their operations and incentive structures, improving the responsiveness and accessibility of their support, including capacity building, knowledge sharing and lending to low- and middle-income countries, while maintaining high standards. While safeguarding MDBs' financial stability and robust credit rating, we call on MDB Boards to increase MDBs' financing capacity through a full range of measures, where applicable, to achieve their strategic objectives. We encourage MDBs to enhance private capital mobilization through supporting enabling conditions, innovative risk-sharing instruments and new partnerships to maximize their development impact. This, along with the implementation of all appropriate CAF recommendations, would maximize the leverage effect of potential capital increases. The Board of each MDB will be best placed to determine if and when a capital increase is needed in addition to CAF measures to support efforts

in addressing global challenges and meeting development needs. We further call on MDBs to maximize their development impact, including by increasing their geographical and female representation.

17. We take note of the G20 Presidency and IFAWG co-Chairs' Note on the Way Forward for Better, Bigger, and More Effective MDBs. We also take note of the "Viewpoint Note" by the Heads of MDBs group, under the chairship of the Inter-American Development Bank (IADB), as an input to the G20 MDB Roadmap. We look forward to the submission of the G20 MDB Roadmap at the 4th FMCBG as a key deliverable under the Brazilian G20 Presidency.
18. We welcome the G20 Progress Report: Implementing the Recommendations of the G20 Independent Review of Multilateral Development Banks' Capital Adequacy Frameworks (CAF). We commend the progress made so far on CAF implementation with measures already identified that have the potential to unlock up to USD 357 billion in additional lending headroom to be deployed by the major MDBs in the coming decade. We call on the MDBs to raise their ambition and to continue implementing and reporting on the CAF recommendations from both the G20 roadmap on CAF and the G20 Progress Report, including by collectively establishing MDB-wide standards for preferred creditor status and portfolio concentration risk. We ask MDBs to jointly develop and adopt approaches to better value callable capital, adjust the confidence levels in their respective capital adequacy frameworks and their risk appetite, and report on progress at our meeting in October. We encourage MDBs to enhance dialogue with Credit Rating Agencies (CRAs).
19. We welcome the G20 note on Special Drawing Rights (SDR) Channeling Options and continue to invite countries that are willing and legally able to explore channeling SDRs to MDBs, while respecting the reserve asset status of the resulting SDR-denominated claims and ensuring their liquidity. SDR channeling could strengthen MDBs' financial capacity to support the SDGs and global challenges, including the goals of the Global Alliance Against Hunger and Poverty. Following the successful replenishment of the Asian Development Fund (AsDF14) this year, we underscore the importance of IDA as the largest multilateral concessional source to support the development of low-income countries, including in fighting poverty and hunger. We look forward to having these priorities as an important component of a successful IDA21 replenishment, including an expansion of its donor base, while respecting IDA's independent governance and decision-making process. We recognize the successful outcome of the International Fund for Agricultural Development (IFAD13) replenishment negotiations and encourage further pledges from those that have not yet made them. We look forward to a successful seventeenth replenishment of the African Development Fund (ADF17) next year. We further look forward to the 2025 Shareholding Review of the International Bank for Reconstruction and Development (IBRD).

Addressing Debt Vulnerabilities

20. We welcome the progress made on debt treatments under the G20 Common Framework (CF) and beyond. We remain committed to addressing global debt vulnerabilities, including by stepping up the CF's implementation in a predictable, timely, orderly, and coordinated manner. We welcome the MoUs on the agreed debt treatments for Zambia and Ghana. We call for a swift process for the conclusion of the debt treatment for Ethiopia. Beyond the common framework, we also welcome the agreed debt treatments for Sri Lanka by official bilateral creditors. We also welcome joint efforts by all stakeholders to continue working towards enhancing debt transparency and encourage private creditors to follow.
21. We are encouraged by the progress on the G20 Note on the Lessons Learned from the First Cases Under the Common Framework. Reaching consensus on this note will further facilitate the implementation of the Common Framework. We continue to support the Global Sovereign Debt Roundtable to further advance common understanding among key stakeholders, including the private sector and debtor countries, and commend the IMF and World Bank and their roles in its support. We take note of the G20 Presidency Notes on Debt for Development Swaps and Climate Resilient Debt Clauses (CRDCs) which could be considered on a voluntary and case-by-case basis and call for a balanced view on their benefits and limitations.
22. We welcome the Africa-led Debate on Debt and Development Financing convened by the Brazilian G20 Presidency in June 2024. The G20 reiterates its continued support to Africa, including through the G20 Compact with Africa.

Reforming Global Financial Governance

23. We reaffirm our commitment to a strong, quota-based, and adequately resourced IMF at the center of the global financial safety net. We are working to secure domestic approvals for the quota increase agreed at the 16th General Review of Quotas (GRQ) by mid-November this year, as well as relevant adjustments under the New Arrangement to Borrow (NAB). We acknowledge the urgency and importance of realignment in quota shares to better reflect members' relative positions in the world economy, while protecting the quota shares of the poorest members. We welcome the IMF Executive Board's ongoing work to develop by June 2025 possible approaches as a guide for further quota realignment, including through a new quota formula, under the 17th GRQ. We stand ready to act constructively to help build momentum at the IMF Executive Board.
24. We look forward to the IMF Executive Board review of charges and surcharges and to an outcome that could alleviate the financial burden on borrowing countries while preserving their incentive functions and safeguarding the Fund's financial soundness. We look forward to the completion of the review of Poverty Reduction and Growth Trust (PRGT) facilities and financing to better respond to LIC's balance of payments needs and ensure the PRGT's financial sustainability by exploring all options,

including the use of internal resources and changes in lending policies. We welcome the completion of the interim review of the Resilience and Sustainability Trust (RST) and look forward to the operationalization of the pandemic preparedness aspect of the Trust. We encourage IMF members with strong external positions, especially those that have not already contributed to make additional voluntary contributions to the PRGT/RST.

25. We underscore the need for enhancing the representation and voice of developing countries in decision-making in MDBs and other international economic and financial institutions to deliver more effective, credible, accountable, and legitimate institutions. In that context, we welcome the decision to create a 25th chair at the IMF Executive Board to enhance the voice and representation of Sub-Saharan Africa. We acknowledge the ongoing work in the IFAWG to survey practices of regional and female representation across IFIs.
26. We reiterate our commitment to further strengthen the international financial architecture, including by promoting sustainable capital flows and using sound policy frameworks to address excess capital flow volatility when needed. We welcome the ongoing discussions to assess the factors influencing capital flows to EMDEs, and analyze the opportunities for EMDEs to attract and retain stable, long-term foreign capital investment flows and the barriers to it. We look forward to the OECD's Note on the Resilience of Capital Flows to EMDEs. We welcome continued discussions on the macro-financial implications of cross-border integration of domestic payment systems, including those facilitated by CBDCs and fast payment systems.

Financial Sector Issues and Financial Inclusion

27. We share the commitment to promote an open, resilient, inclusive and stable financial system, grounded in agreed international standards and policy coordination. We reaffirm our commitment to address the financial system's vulnerabilities. We are firmly committed to the timely implementation of international financial reforms, and reaffirm the importance of strong prudential standards for banks and our commitment to implement all aspects of the Basel III framework in full, consistently and as soon as possible. We will continue to enhance the resilience of non-bank financial intermediation (NBFi) from a systemic perspective while monitoring evolving developments in NBFi. In this context, we support the implementation of the Financial Stability Board's (FSB's) revised policy recommendations to address vulnerabilities arising from liquidity mismatch in open-ended funds. We welcome the FSB's Annual Progress Report on enhancing resilience in NBFi, encourage the FSB to finalize its policy on margin preparedness and look forward to its consultation report including robust policy recommendations to address NBFi leverage. We welcome the FSB and other standard-setting bodies (SSBs) efforts to address the lessons learned from the 2023 bank turmoil. We welcome the launch of the G20 TechSprint 2024, a joint initiative with the Bank for International Settlements (BIS) Innovation Hub, which will promote innovative solutions to sustainable finance challenges. We welcome the FSB's stocktake of financial authorities' regulatory and supervisory initiatives

and challenges related to the identification and assessment of nature-related financial risks. We look forward to the FSB's progress report on achieving consistent and comparable climate-related financial disclosures. We support the work to take forward the third phase of the G20 Data Gaps Initiative (DGI-3).

28. We can harness the benefits of digital innovations while also mitigating the risks they may pose. We remain vigilant and continue to closely monitor the vulnerabilities and risks posed by crypto-assets. We recognize the joint efforts of the IMF and the FSB, in collaboration with the World Bank, the Financial Action Task Force (FATF) and its global network, and SSBs, towards the implementation of the G20 Roadmap on Crypto Assets, including beyond G20 jurisdictions. We reaffirm our commitment to implement effectively, timely and in a coordinated manner the FSB's High-Level Recommendations for the Regulation, Supervision and Oversight both of Crypto-asset Activities and Markets and of Global Stablecoin Arrangements. We look forward to receiving the first status report on the implementation of the G20 Roadmap on Crypto Assets. We reaffirm our support for FATF's work to accelerate the global implementation of its Standards on virtual assets and virtual assets service providers and to monitor the impact on the financial integrity of emerging technologies and associated risks, including from DeFi arrangements and peer-to-peer transactions. We look forward to the FSB's reports on the financial stability implications of the tokenization of assets and of artificial intelligence, including possible next steps to address identified risks. We also look forward to the report by the BIS and the BIS Committee on Payments and Market Infrastructures (CPMI) examining the meaning of tokenization in the context of money and other assets and how to envision a tokenized environment that builds on the best attributes of the current monetary and financial system.
29. We reiterate our commitment to a timely and effective implementation of the G20 Roadmap to Enhance Cross-border Payments and look forward to the FSB's progress report on the Roadmap and on progress toward the quantitative targets. We emphasize that greater regulatory alignment is key to the successful implementation of the Roadmap. We look forward to the BIS CPMI's final report on governance and oversight of fast payment systems interlinking and its report on recommendations for greater harmonization of application programming interfaces (APIs). We also look forward to the IMF's report on the macro-financial implications of cross-border payments platforms. We welcome FATF's ongoing work to revise its Standards on Payment Transparency and its initiative to enable financial inclusion alongside financial integrity, including by updating its risk-based approach.
30. We welcome the progress made by the Global Partnership for Financial Inclusion (GPII) in implementing the 2023 Financial Inclusion Action Plan (FIAP) and we look forward to completing the planned deliverables for 2024. We recognize the significant role of financial inclusion in improving financial well-being and achieving the UN Sustainable Development Goals (SDGs). We take note of the progress on the establishment of a consensual concept of financial well-being, including a working definition and a preliminary conceptual framework. We take note of the deliberations regarding the Guidance Note on Policy Options to Improve Last Mile Access and Quality Inclusion

through Digital Infrastructure, including Digital Public Infrastructure (DPI), Consumer Protection and other FIAP Objectives. We also take note of the advances regarding the new G20 GPFI Action Plan for Micro Small and Medium Enterprise (MSME) Financing. Finally, we welcome the Report on Promoting financial inclusion through digitalization of remittances.

31. We reiterate the importance of stepping up global efforts to implement the FATF Standards to combat money laundering, terrorist financing and proliferation financing, as well as our commitment to support the FATF and FATF Style Regional Bodies in overseeing the implementation of the FATF standards across the Global Network. We commit to effectively implementing FATF's revised Standards on the transparency of beneficial ownership of legal persons and arrangements and on asset recovery and international cooperation to ensure criminals cannot hide the proceeds of crime and engage in illicit activities, and to facilitate the return of proceeds of crime.

International Taxation Cooperation

32. We welcome the progress made on the Two-Pillar Solution under the OECD/G20 Inclusive Framework on BEPS and reiterate our commitment to the October 2021 Statement of the Inclusive Framework and to the swift implementation of the Two-Pillar Solution by all interested jurisdictions. We also welcome the continued significant progress made towards the implementation of Pillar Two and will continue to support ongoing works to ensure coordination among countries implementing the Global Anti-Base Erosion Rules as a common approach. This should be regarded as a resounding success of international taxation cooperation. We encourage Inclusive Framework members to expeditiously complete the negotiations on a final package on Pillar One through resolving the remaining issues on a framework for Amount B, allowing the Multilateral Convention (MLC) to be finalized and opened for signing as soon as possible.
33. We continue to work together towards a fairer, more stable and efficient international tax system fit for the 21st century. In this context, we have issued The Rio de Janeiro G20 Ministerial Declaration on International Tax Cooperation, restating our commitment to tax transparency and fostering dialogue on fair and progressive taxation, including of ultra-high-net-worth individuals, among other topics. Our international tax cooperation should maximize synergies among the existing international fora. We take note of the following documents commissioned by the Brazilian G20 Presidency: IMF's G20 Note on Alternative Options for Revenue Mobilization; the Blueprint for a Coordinated Minimum Effective Taxation Standard for Ultra-High-Net-Worth Individuals; and the OECD Report to G20 Finance Ministers and Central Bank Governors on Taxation and Inequality. We encourage constructive discussions at the UN Ad Hoc Committee to Draft Terms of Reference for a United Nations Framework Convention on International Taxation Cooperation.

Widening Participation and Renewing Our Commitment to International Economic Cooperation

34. Recognizing the constructive role played by civil society and engagement groups in addressing economic and financial issues, we thank the engagement groups for the work presented at the FCBD meeting. We will review them in the context of G20 workstreams.
35. We resolutely reaffirm our commitment to enhanced international economic cooperation to address global challenges and look forward to continuing our dialogue in the 4th FMCBG Meeting, in October.

ANEXOS
4º COMUNIQUÉ FMCBG



Fourth G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting

COMUNIQUÉ

October 23rd-24th, 2024

Washington, D.C., October 2024



2 | G20 BRAZIL 2024

1. We, the Finance Ministers and Central Bank Governors of the G20, met on October 23rd and 24th, in Washington, DC, during the Annual Meetings of the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank Group (WBG). This gathering marks the twenty-fifth anniversary of the G20 Finance Track. With the purpose of concluding the outcomes of the three overarching priorities established by the Brazilian Presidency, namely (i) social inclusion and the fight against hunger and poverty; (ii) energy transitions and sustainable development; and (iii) the reform of global governance institutions, we exchanged views on Multilateral Development Banks (MDBs), financial sector issues and financial inclusion, the global economy and the 25 years of the G20 Finance Track.
2. Notwithstanding continuous progress in international economic cooperation, and the evolving legacy of the G20 Finance Track, several challenges still hinder the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development and the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs). Poverty; hunger; malnutrition and diseases; inequality within and across countries; demographic transition; insufficient access to technologies and quality education; wars and escalating conflicts; energy and food insecurity; significant financing gaps to cover social spending and investment; elevated debt burdens; subdued long-term capital flows to Emerging Markets and Developing Economies (EMDEs); low productivity growth; significant loss of biodiversity; and climate change remain key topics of concern. For that reason, we reaffirm our commitment to the 2030 Agenda and its SDGs. We will continue to work together to tackle global challenges and make globalization work for all.
3. With these challenges in mind, we appreciate the work undertaken by the Task Forces for a Global Mobilization Against Climate Change and the Global Alliance Against Hunger and Poverty, which brought the Sherpa and Finance Tracks together to address major challenges of our times. We encourage countries as well as financial and knowledge institutions to join the Global Alliance by submitting their Statement of Commitments. In coordination with the Sherpa Track, we will continue to support efforts to eradicate hunger and poverty and tackle climate change in the context of sustainable development.

Global Economic Outlook

4. We observe good prospects of a soft landing of the global economy, although multiple challenges remain. We will continue to foster strong, sustainable, balanced and inclusive growth (SSBIG), maintain price and financial stability, support fiscal sustainability and mitigate negative spillovers. Our fiscal policies will safeguard fiscal sustainability and rebuild buffers, remain growth-friendly, and catalyze public and private investments towards productivity enhancing reforms. We are reassured by the fact that economic activity has proved to be more resilient than expected in many parts of the world. Still, growth has been highly uneven across countries, contributing to the risk of economic divergence. We are concerned that medium and long-term global growth prospects are below historical averages. Inflation

is coming down from elevated levels due to well-calibrated monetary policies and the unwinding of supply shocks. Disinflation continues, although there is some variation across countries. Central banks remain strongly committed to price stability in line with their respective mandates and will continue to adjust their policies in a data-dependent manner. Central bank independence is crucial to achieve these goals. We will continue to strive to reduce growth disparities across countries through structural reforms. We reaffirm our April 2021 exchange rate commitment.

5. While the global economy remains resilient, some downside risks have increased amid elevated uncertainty. Downside risks include wars and escalating conflicts, economic fragmentation, excessive spikes in commodity prices, more persistent than expected inflation, impact of climate change, including increasingly frequent extreme weather events, disruptive financial market volatility, excessive public and private indebtedness, limited financial buffers in the private sector of several countries, lower-than-expected productivity growth, and the possible negative impacts of new technologies, including Artificial Intelligence (AI). Limited buffers and policy room to absorb new shocks could further hinder growth prospects, particularly in EMDEs. Upside risks include enhanced global cooperation, stronger recovery in trade and investment growth, more balanced supply of key commodities, and productivity boosts due to technological innovations, including the development and deployment of safe and responsible AI.
6. We commit to resist protectionism and encourage concerted efforts to support a rules-based, non-discriminatory, fair, open, inclusive, equitable, sustainable, and transparent multilateral trading system with the World Trade Organization (WTO) at its core and continue to support the reform efforts of the organization by its members.

Fighting Inequality and Addressing Climate Change

7. We reaffirm our understanding that addressing inequality is pivotal for achieving SSBIG. As highlighted in the G20 Note on a Menu of Policy Measures and Recommendations to Address Inequality Pressures, accurate, timely, and transparent data is essential to any meaningful assessment of inequality dynamics. There is an opportunity to advance, as appropriate and at members' own discretion, discussions on alternative approaches to inequality data measurement in the coming years, to promote better quality data and provide a broad mapping of inequality, while considering the multidimensionality of inequality.
8. We also acknowledge that addressing climate change is crucial to achieving SSBIG and reiterate that the cost of inaction is larger than the cost of action, both in economic and distributional terms. We recognize the importance of ensuring just transitions that are country-specific, orderly, and affordable. In this regard, we take note of the G20 Note on the macroeconomic and distributional impacts of climate change and transition policies, which highlights their uneven

impact across all societies over time. Distributional impacts are likely to differ substantially based on the vulnerability and exposure of different income groups and individuals within and between countries. The poorest households in society tend to find it hardest to manage these shocks without government support. We emphasize the need for targeted and carefully designed public support measures for vulnerable groups, alongside structural and cross-cutting measures to increase economies' resilience to shocks and improve welfare. We further recognize that technology development and transfer on voluntary and mutually agreed terms, capacity building and financing are critical to support developing countries, taking into account their needs and priorities. We also recognize that there are clear opportunities for international cooperation in improving the distributional analytics and coverage of risks in economic modeling alongside knowledge sharing and capacity enhancement on responses to climate and transition risks.

9. We take note of the discussions in the Finance Track on strategies to improve domestic resource mobilization, including the creation of fiscal space to address mounting domestic and global challenges, subject to country-specific circumstances. Various options have been considered on the revenue and the expenditure sides. We continue to explore these issues and recognize the need for further dialogue and cooperation.

Concerted Action Towards Boosting Sustainable Development Finance

10. Building upon the G20 Sustainable Finance Roadmap, we endorse the 2024 G20 Sustainable Finance Report. We remain committed to accelerate our efforts in advancing financial solutions to support the global fight against climate change, environmental degradation, and biodiversity loss, and fostering inclusive sustainable development, consistent with institutional mandates. We look forward to the monitoring of the effective implementation of the recommendations from the independent review of the vertical climate and environmental funds, prepared by the Independent High-Level Expert Group (IHLEG), to be conducted over the next G20 presidencies in collaboration with the Vertical Climate and Environmental funds, noting its voluntary nature and respecting their own mandates. We welcome the high-level principles for transition plans for financial institutions and other corporate firms, which are voluntary and non-binding, as well as the recommendations on just transitions, including sector-specific considerations, particularly applicable to hard-to-abate sectors. We also welcome the recommendations to address the implementation challenges related to sustainability reporting standards, such as those developed by the International Sustainability Standards Board (ISSB), including for Small and Medium Enterprises (SMEs) and EMDEs. These recommendations promote reliable, comparable, and interoperable sustainability reporting disclosure standards, which are flexible and take into account country-specific circumstances. The recommendations for addressing the challenges to scaling up Nature-Based Solutions (NbS) financing and the G20 Toolbox on financing for NbS are an important step forward. We will continue to accelerate the implementation of the G20 Sustainable Finance

Roadmap, which is voluntary and flexible in nature, and we welcome its Progress Report which helps track and monitor the actions taken by the G20 members.

11. Investments in health are crucial for addressing inequalities and fostering social development through improved productivity, and sustainable and inclusive growth. We endorse the G20/World Health Organization Policy Note on Social Determinants of Health, the G20/ World Health Organization /World Bank Global Report on the Framework for Health, Social, and Economic Vulnerabilities and Risks (FEVR) related to Pandemics, and welcome progress on the G20/World Bank/World Health Organization Operational Playbook for Pandemic Response Financing, and take note of the G20 Presidency Note on Debt-for-Health Swaps. These deliverables reaffirm the critical nexus between finance and health, underscoring that the role of the Joint Finance and Health Task Force (JFHTF) has been critical for promoting coordination and advancing discussions on scaling up investments in health-related SDGs and Prevention, Preparedness, and Response (PPR) to pandemics. We look forward to the continued efforts of the JFHTF in driving these initiatives forward, ensuring that the momentum for scaling up investments in health and PPR remains strong. We are also determined to support a clear coordinated international response led by the Africa Centres for Disease Control and Prevention (CDC) and the World Health Organization (WHO) for assistance to countries in responding to the Mpox outbreak, as reflected in the G20 Joint Finance and Health Ministers' Statement on Mpox Response. We are looking forward to the WHO Investment Round and the Pandemic Fund Pledging event, on October 31st, in Rio de Janeiro. We reiterate our call for increased support to the Pandemic Fund, in particular through the voluntary expansion of its donor base, so as to augment the financing for EMDEs to strengthen their pandemic PPR capacities.
12. We recognize that infrastructure investments are key to the fight against poverty, improving the productivity of the economy and the quality of life of citizens, leading to prosperity, opportunities, and social inclusion, in line with the SDGs. Furthermore, we acknowledge that quality, resilient and sustainable infrastructure investments are instrumental in enhancing the affordability and accessibility of goods and services, particularly protecting the poorest and most vulnerable. To this effect, we endorse the G20/World Bank/Inter-American Development Bank Report on Infrastructure and Poverty Reduction: Innovative Policies for Effective Access. We acknowledge that exchange rate risk is one of the multiple risks that hinders the mobilization of private capital to invest in infrastructure projects in emerging markets and developing countries, and we, therefore, endorse the G20/International Monetary Fund/Global Infrastructure Facility Report on Addressing Exchange Rate Risk in Infrastructure Projects in EMDEs. We emphasize the importance of cross-border infrastructure to strengthen synergies between countries and regions, facilitating trade and better positioning parties in the global economy, while taking into consideration the national circumstances of certain jurisdictions. In this regard, we endorse the G20/Asian Infrastructure and Investment Bank/Inter-American Development Bank/European Bank of Reconstruction and Development Report on Delivering Cross-Border Infrastructure: Conceptual Framework and Illustrative Case Studies.

13. We recognize that market fluctuations, tight financial conditions, and debt vulnerabilities, among others, could be adding near-term pressure on strained public budgets amid increasing financing costs. We believe that country-specific solutions to development financing challenges could be based on combined policy measures that support growth, domestic resource mobilization, capacity building, private capital flows, and targeted concessional financing. In this context, we call on the international community to make efforts to support vulnerable countries facing near-term liquidity challenges whose debt is sustainable. We are considering feasible options, with the support of the IMF and the World Bank, to help those countries.

Better, Bigger, and More Effective Multilateral Development Banks (MDBs)

14. We endorse the G20 MDB Roadmap towards Better, Bigger, and More Effective MDBs as a key deliverable of the Brazilian G20 Presidency, building on the mandate of the G20 Leaders in New Delhi, setting a medium-term comprehensive vision for MDBs as a system to address the global challenges of the 21st century with a continued focus on addressing the development needs of low- and middle-income countries. While respecting each MDB's mandates and governance structures, we call on the MDBs, working alongside relevant stakeholders, to implement the G20 MDB Roadmap.
15. The Roadmap presents comprehensive recommendations and actions for MDBs to evolve their visions, incentive structures, operational approaches, and financial capacities, so that they are better equipped to maximize their impact in addressing a wide range of global and regional challenges, while accelerating progress towards the SDGs. To implement the Roadmap, we encourage the Heads of MDBs Group, as well as MDBs individually, to continue to engage with the IFAWG on a periodic monitoring and reporting process. We also call on MDBs to continue working as a system – and to partner with governments, national and subnational development banks, and the private sector.
16. We are committed to exploring general principles for reviews of the alignment of MDBs resources and strategies, with a view to helping countries achieve their sustainable development goals as well as to address global and regional challenges while respecting the mandate of each institution. These regular reviews would lay a solid basis for MDBs Boards' consideration on whether and when additional capital may be needed or not. We call on MDBs to continue increasing their financing capacity through a full range of measures, where applicable, to contribute to addressing new and existing challenges, while managing risks to their balance sheets and safeguarding their long-term financial sustainability, robust credit rating, and preferred creditor status. We appreciate the growing number of MDBs reporting on Capital Adequacy Framework (CAF) implementation and the progress made so far signals a deeper integration of the CAF agenda within these institutions. We note that CAF measures still have the potential to unlock additional lending headroom over the next decade, with further implementation

of those measures still to come. We encourage MDBs to boost domestic resource mobilization and enhance private capital mobilization, including through setting clear and ambitious targets, supporting enabling conditions, and addressing potential policy and regulatory obstacles to private investment, innovative risk-sharing instruments, and new partnerships to maximize their development impact. This, along with the implementation of all appropriate CAF recommendations, would maximize the leverage effect of potential capital increases. The Board of each MDB will be best placed to determine if and when a capital increase is needed in addition to CAF measures to support efforts in addressing global challenges and meeting development needs.

17. We welcome the implementation of the World Bank Group's Evolution Roadmap and the reforms being undertaken by other MDBs. We look forward to the upcoming International Bank for Reconstruction and Development 2025 Shareholding Review, in line with the Lima Shareholding principles. We reaffirm our Leaders' commitment in New Delhi to collectively mobilize more headroom and concessional finance to boost the World Bank's capacity to help support low and middle-income countries that need help in addressing global challenges, with a clear framework for the allocation of scarce concessional resources, and to provide strong support to the poorest countries. We aim to reach a robust and impactful IDA 21 replenishment, including an expansion of its donor country base. We look forward to a successful seventeenth replenishment of the African Development Fund next year.

Global Financial Safety Net, Capital Flows, and Debt Issues

18. We reaffirm our commitment to a strong, quota-based, and adequately resourced IMF at the center of the global financial safety net. We have secured, or are working to secure, domestic approvals for the quota increase agreed at the 16th General Review of Quotas (GRQ) by mid-November this year, as well as relevant adjustments under the New Arrangements to Borrow (NAB). We acknowledge the urgency and importance of realignment in quota shares to better reflect members' relative positions in the world economy while protecting the quota shares of the poorest members. We welcome the IMF Executive Board's ongoing work to develop by June 2025 possible approaches as a guide for further quota realignment, including through a new quota formula, under the 17th GRQ. We take note of the discussions on the lessons learned from previous IMF quota share realignments held during the IFAWG meeting in September. We stand ready to act constructively to help build momentum at the IMF Executive Board.
19. We welcome the IMF Executive Board review of charges and surcharges, which will alleviate the financial cost of Fund lending for borrowing countries while preserving their intended incentives and safeguarding the Fund's financial soundness. We also welcome the completion of the review of Poverty Reduction and Growth Trust (PRGT) facilities and financing that aims to bolster the IMF's capacity to support low-income countries in addressing their balance of payments needs, mindful

of their vulnerabilities, while restoring the self-sustainability of the Trust. These reviews are relevant steps and we will continue to support the Fund's efforts to adapt to evolving circumstances. We encourage IMF members to fully implement outstanding pledges to the PRGT and the Resilience and Sustainability Trust (RST). We also encourage IMF members with strong external positions, especially those who have not already contributed, to make additional voluntary contributions to the PRGT and the RST and continue to invite countries that are willing to voluntarily explore channeling SDRs, including through MDBs, where legally possible whilst respecting their reserve asset status.

20. We underscore the need for enhancing the representation and voice of developing countries in decision-making in MDBs and other international economic and financial institutions, to deliver more effective, credible, accountable, and legitimate institutions. In that context, we welcome the creation of a 25th chair at the IMF Executive Board to enhance the voice and representation of Sub-Saharan Africa. We take note of the G20 Presidency Note on International Financial Institutions (IFI) Representativeness in top positions and will continue to support concrete measures to enhance regional representation and the representation of women in IFIs.
21. We reiterate our commitment to further strengthen the international financial architecture, including by promoting sustainable capital flows and fostering sound policy frameworks, notably central bank independence. In this context, we welcome the G20/OECD Note on Assessing and Promoting Capital Flow Resilience in EMDEs: Evidence on Drivers and Policy Implications. It assesses the factors influencing capital flows to EMDEs, and how they can attract and retain stable, long-term foreign capital investment flows. We take note of the G20 Presidency Note on the Macro-financial Implications of Cross-border Integration of Domestic Payment Systems Including CBDCs: Trends, Benefits, and Risks.
22. We reaffirm our commitment to act swiftly to address global debt vulnerabilities. We welcome the progress made on debt treatments under the G20 Common Framework (CF) and beyond. We welcome the agreed debt treatments for Zambia and Ghana. We welcome progress made for Ethiopia and call for a swift process for debt treatment. We also welcome the agreed debt treatments for Sri Lanka. We remain committed to addressing global debt vulnerabilities, including by stepping up the CF's implementation in a predictable, timely, orderly, and coordinated manner. We welcome joint efforts by all stakeholders to continue working towards enhancing debt transparency and encourage private creditors to follow. We endorse the G20 Note on the Lessons Learned from the First Cases Under the Common Framework. We continue to support the Global Sovereign Debt Roundtable to further advance common understanding among key stakeholders, including the private sector and debtor countries, and commend the IMF and World Bank and their roles in its support. We welcome the Africa-led debates on Debt, Development, and Infrastructure convened by the Brazilian G20 Presidency in 2024. The G20 reiterates its continued support to Africa, including through the G20 Compact with Africa.

Financial sector issues and financial inclusion

23. We reaffirm our commitment to promote an open, resilient, inclusive, and stable financial system, which supports economic growth, and is grounded on full and consistent implementation of agreed international standards, supported by policy coordination. We are firmly committed to the timely implementation of international financial reforms and reaffirm the importance of strong prudential standards for banks and our commitment to implement all aspects of the Basel III framework in full, consistently, and as soon as possible. We welcome the work of the Basel Committee on Banking Supervision (BCBS), in particular the progress report on its follow-up work to the 2023 banking turmoil and liquidity risk. We also welcome the Financial Stability Board (FSB) report summarizing the findings from its work on depositor behavior and interest rate and liquidity risk in the financial system. We continue to support the work of the FSB and the Standard Setting Bodies (SSBs) to address vulnerabilities and enhance the resilience of non-bank financial intermediation (NBFIs) from a systemic perspective, including promoting the effective implementation of FSB policy recommendations, while monitoring evolving developments in this sector and preserving its role in providing funding for the economy. We look forward to a robust set of recommendations to address vulnerabilities from NBFIs leverage in the forthcoming FSB consultation report. We support the implementation of the FSB's revised policy recommendations to address vulnerabilities arising from liquidity mismatch in open-ended funds and the policy recommendations to enhance the resilience of money market funds. We welcome the FSB consultation report on its proposed Format for Incident Reporting Exchange (FIRE), which aims to promote greater convergence in the reporting of cyber and operational incident information to financial authorities. We look forward to the FSB's progress report on achieving consistent and comparable climate-related financial disclosures.
24. We welcome the FSB's annual progress report on the implementation of the G20 Roadmap to Enhance Cross-border Payments and the related report on monitoring progress towards achieving quantitative targets for cross-border payments. We reiterate our commitment to a timely and effective implementation of the Roadmap to achieve global targets for faster, cheaper, more transparent, and more accessible cross-border payments, while maintaining their safety and security. We welcome the initiatives undertaken by the FSB, SSBs, and international organizations in this direction and emphasize that greater regulatory alignment is key to the Roadmap's success. We welcome the Bank for International Settlements (BIS) Committee on Payments and Market Infrastructures' (CPMI's) final report on governance and oversight of linking fast payment systems across borders and its report on recommendations promoting the harmonization of application programming interfaces (APIs) to enhance cross-border payments. We take note of the IMF's report on the macro-financial implications of cross-border payments platforms intended for the transfer of money and assets. We support the Financial Action Task Force's (FATF) ongoing work to strengthen its Standards on Payment Transparency to foster payment systems that are more transparent and inclusive and ensure safety and security as they become faster and cheaper.

25. We can harness the benefits of digital innovations while also mitigating the risks they may pose. We remain vigilant and continue to closely monitor the vulnerabilities and risks posed by crypto-assets, especially to EMDEs. We welcome the first status report on the G20 Crypto-Asset Policy Implementation Roadmap and recognize the joint efforts of the IMF and the FSB, in collaboration with the World Bank, the FATF, and its Global Network, and SSBs, towards its implementation, including beyond G20 jurisdictions. We reaffirm our support for the FATF's work to accelerate the global implementation of its Standards on Virtual Assets and Virtual Assets Service Providers and to monitor the impact on the financial integrity of emerging technologies and associated risks, including from DeFi arrangements, stablecoins, and peer-to-peer transactions.
26. We welcome the report by the BIS and the BIS CPMI examining the meaning of tokenization in the context of money and other assets and how to envision a tokenized environment that builds on the best attributes of the current monetary and financial system. We also welcome the FSB's report on the financial stability implications of tokenization and look forward to the FSB's report on the financial stability implications of AI, including possible next steps to address identified risks.
27. We look forward to the conclusion of the G20 TechSprint 2024, a joint initiative with the BIS Innovation Hub, which is exploring innovative solutions to sustainable finance challenges. We welcome the second progress report on the G20 Data Gaps Initiative (DGI-3) prepared by the IMF, in close collaboration with the Inter-Agency Group on Economic and Financial Statistics, the FSB, and the G20 members, and note the significant progress made over the last year in addressing the data gaps.
28. We welcome the progress made by the Global Partnership for Financial Inclusion (GPFI) in implementing the 2023 G20 Financial Inclusion Action Plan (FIAP). We recognize the significant role of financial inclusion in improving financial well-being and achieving the SDGs. We endorse the voluntary and non-binding G20 Policy Note on Financial Well-being. We also endorse the G20 Policy Options to Improve Last Mile Access and Quality Inclusion through Digital Infrastructure, including Digital Public Infrastructure (DPI), Consumer Protection, and other FIAP Objectives. Finally, we take note of the advances regarding the new G20 GPFI Action Plan for MSME Financing and look forward to its final version.
29. We reiterate the importance of stepping up global efforts to implement the FATF Standards to combat money laundering, terrorist financing, and proliferation financing, as well as our commitment to support the FATF and FATF Style Regional Bodies in overseeing the implementation of the FATF standards across the Global Network. In particular, we reaffirm our commitment to effectively implement FATF's revised Standards on the transparency of beneficial ownership of legal persons and arrangements and on asset recovery and international cooperation to ensure criminals cannot hide the proceeds of crime and engage in illicit activities, and to facilitate the return of proceeds of crime. We share the FATF's commitment to ensuring financial integrity without compromising financial inclusion by promoting risk-based implementation of the FATF Standards.

International Taxation Cooperation

30. Progressive taxation is one of the key tools to reduce domestic inequalities, strengthen fiscal sustainability, facilitate budget consolidation, promote SSBIG, and facilitate the achievement of the SDGs. International tax cooperation is fundamental to encourage best practices, improve domestic tax administration capabilities, support national tax reforms, strengthen tax transparency, and strengthen national endeavors to effectively implement progressive taxation, including domestic income and wealth distribution, while considering domestic circumstances, needs, and priorities and respecting the sovereign right of countries to adopt and implement measures that they consider feasible. Broad tax bases and effective enforcement are the foundations of progressive tax systems. In line with our landmark Rio de Janeiro Declaration on International Tax Cooperation endorsed on 25 July 2024, we will continue to work together towards a fairer, more inclusive, stable, and efficient international tax system fit for the 21st century, restating our commitment to tax transparency and fostering global dialogue on effective taxation, including of ultra-high-net-worth individuals, among other issues. Consistent with the paragraph 13 of the Rio de Janeiro Declaration, and with full respect to tax sovereignty, we look forward to discussing potential areas of cooperation to ensure that ultra-high-net-worth individuals are effectively taxed and continue to encourage the Inclusive Framework on BEPS to consider working on these issues in the context of effective progressive tax policies.
31. We recognize that improving Domestic Resource Mobilization (DRM) is important to support the SDGs. We will continue to provide support to enhance DRM and capacity-building. Our international tax cooperation should be inclusive and effective and aimed at reaching broad consensus, maximizing synergies among the existing international fora, while seeking to avoid unnecessary duplication of efforts. We continue to encourage constructive discussions at the United Nations on the development of a Framework Convention on International Taxation Cooperation and its protocols.
32. The OECD/G20 Inclusive Framework (IF) on BEPS has demonstrated the potential of international tax cooperation over the past decade. We welcome the progress made on the Two-Pillar Solution under the IF on BEPS and reiterate our commitment to the October 2021 Statement of the IF and to the swift implementation of the Two-Pillar Solution by all interested jurisdictions. We encourage IF members to expeditiously complete the negotiations on a final package on Pillar One by resolving the remaining issues on a framework for Amount B and allowing the Multilateral Convention (MLC) to be finalized and opened for signing as soon as possible. We call on the IF to accelerate the technical work to facilitate implementation and administration of the MLC. With respect to Pillar Two, we welcome the first signing ceremony of the subject-to-tax rule (STTR) on 19 September as a significant milestone. We also welcome progress made on the GloBE Rules as a common approach and will continue to support ongoing work to ensure coordination among countries implementing these rules.

Widening Participation and Celebrating the G20 Finance Track 25-Year Legacy

33. As we celebrate twenty-five years of the G20 Finance Track, we reiterate our commitment to dialogue and concerted action, which are indispensable instruments to build a just world and a sustainable planet. In the past quarter of a century, we faced a wide range of challenges, including a global financial crisis and a pandemic, successfully stepping up international dialogue and policy cooperation in key moments. Going forward, we will continue to enhance macro policy coordination and support the progress towards the 2030 Agenda for Sustainable Development, and address pressing global challenges such as climate change and the fight against hunger and poverty.
34. We recognize the cross-cutting importance of gender equality in building a just and sustainable world. In alignment with SDG 5 and the commitments established in international treaties, conventions, and declarations adopted by G20 countries, including the 1995 Beijing Declaration, we reaffirm our responsibility to advance women's economic empowerment.
35. We continue to value the constructive role played by civil society and engagement groups in addressing economic and financial issues. We look forward to the 2024 G20 Summit, in Rio de Janeiro. We welcome the upcoming 2025 G20 Presidency of South Africa, following the accession of the African Union as a permanent member. We also resolutely reaffirm our commitment to continue enhancing international economic cooperation to promote SSBIG and address global challenges.

ANEXOS
3º COMUNIQUÉ FMCBG



**THE RIO DE JANEIRO G20 MINISTERIAL DECLARATION
ON INTERNATIONAL TAX COOPERATION**

July 26th, 2024



THE RIO DE JANEIRO G20 MINISTERIAL DECLARATION ON INTERNATIONAL TAX COOPERATION

Drawing on the fruitful debates held at the IFCBD (December 2023, Brasília), the IFMCBG (February 2024, São Paulo), the G20 High-Level Side-Event on International Taxation Cooperation (April 2024, Washington, DC), and the G20 International Taxation Symposium (May 2024, Brasília),

Building on the outcomes of successful International Tax Cooperation at the OECD/G20 Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting (BEPS), the Global Forum on Transparency and Exchange of Information for Tax Purposes, the Addis Ababa Action Agenda (AAAA) and noting the ongoing work by the UN Ad Hoc Committee to Draft the Terms of Reference for a United Nations Framework Convention on International Tax Cooperation (UNFCITC),

Noting the IMF G-20 Note on Alternative Options for Revenue Mobilization and the Blueprint for a Coordinated Minimum Effective Taxation Standard for Ultra-High-Net-Worth Individuals, commissioned by the G20 Presidency,

Recognizing the valuable inputs of invited countries, partner organizations such as the IMF, Multilateral Development Banks (MDBs), the OECD, and the United Nations,

Affirming our commitment to strengthening tax transparency and continuing to foster the global dialogue on fair and progressive taxation, while considering domestic circumstances, needs, and priorities, such as fair distribution of tax burden,

In the spirit of inclusive and effective international tax cooperation, building a just world, a sustainable planet, and a more stable and fairer global tax system,

We, the Finance Ministers of the G20, declare:

Our shared vision

1. Progressive taxation is one of the key tools to reduce domestic inequalities, strengthen fiscal sustainability, facilitate budget consolidation, promote Strong, Sustainable, Balanced, and Inclusive Growth (SSBIG), and facilitate the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs). International tax cooperation is fundamental to encourage best practices, improve domestic tax administration capabilities, support national tax reforms, strengthen tax transparency, and strengthen national endeavors to effectively implement progressive taxation, including domestic income and wealth distribution, while considering domestic circumstances, needs, and priorities and respecting the sovereign right of countries to adopt and implement measures that they consider feasible. Broad tax bases and effective enforcement are the foundations of progressive tax systems.
2. Taxation remains a constitutive right of state sovereignty. Effective, inclusive and consensus-oriented international tax cooperation, ensuring tax certainty, avoiding

unnecessary duplication of efforts, and respecting each country's economic sovereignty and nationally defined priorities can empower jurisdictions to exercise their tax rights more effectively.

3. The OECD/G20 Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting (BEPS) has demonstrated the potential of international tax cooperation over the past decade. We remain committed to finalizing and swiftly implementing the Two-Pillar Solution in line with the October 2021 statement of the Inclusive Framework (IF), which respects the sovereignty of IF members. The implementation of Pillar Two will stabilize the global tax landscape, reduce profit shifting, and curb harmful tax competition by limiting the possibility of a race to the bottom on corporate tax rates. We encourage members to expeditiously complete the negotiations on a final package on Pillar One through resolving the remaining issues on a framework for Amount B, allowing the Multilateral Convention (MLC) to be finalized and opened for signing as soon as possible.
4. The implementation of automatic exchange of information (AEOI) on financial accounts represents a landmark achievement. It makes financial secrecy, offshore tax evasion, and avoidance more difficult and supports tax enforcement in over 100 jurisdictions.
5. We note the work being undertaken to develop the Terms of Reference for the UNFCITC. The negotiations of the UNFCITC represent a further opportunity to promote inclusive and effective international tax cooperation. Mindful of the UN rules and procedures in the definition of the scope of the UNFCITC, we will seek to avoid unnecessary duplication of efforts by building on existing achievements and processes and on the ongoing work of other international organizations. We expect the UNFCITC to focus on international tax cooperation initiatives that can be effectively implemented and support a stable and predictable international tax system, considering valuable contributions from academia, the business sector, and civil society organizations.
6. It is important for all taxpayers, including ultra-high-net-worth individuals, to contribute their fair share in taxes. Aggressive tax avoidance or tax evasion of ultra-high-net-worth individuals can undermine the fairness of tax systems, which comes along with a reduced effectiveness of progressive taxation. No one should be able to evade taxation, including by circumventing transparency standards. Therefore, greater efforts should be made to ensure full compliance with domestic tax obligations. Each jurisdiction should also work autonomously or, if necessary, through capacity-building initiatives to improve the effectiveness of revenue collection for taxes, which already today could be levied based on domestic law.

Ongoing Challenges

7. Wealth and income inequalities are undermining economic growth and social cohesion and aggravating social vulnerabilities. Several countries struggle to implement effective progressive tax policies to address these issues. Moreover, the international mobility of ultra-high-net-worth individuals creates challenges in ensuring adequate levels of taxation for this specific group, impacting tax progressivity. Promoting

4 | G20 BRAZIL 2024

effective, fair, and progressive tax policies remains a significant challenge that international tax cooperation and targeted domestic reforms could help address.


8. Complex structuring and tax planning to conceal tax avoidance and evasion remain a challenge. The widespread implementation of AEOI on financial accounts has significantly improved tax transparency. Exchanging foreseeably relevant information regarding crypto-assets and real estate for tax purposes, including beneficial ownership information where it is foreseeably relevant, is a challenging task which requires enhanced international tax cooperation. We look forward to the ongoing OECD work on advancing tax transparency, including in relation to crypto-assets and real estate as set out in the OECD report to the Indian G20 Presidency.
9. As climate change-related challenges accelerate worldwide, the financial costs of building climate resilience in each country are growing. We reiterate the importance of a policy mix consisting of fiscal, market and regulatory mechanisms, including, as appropriate, the use of carbon pricing and non-pricing mechanisms and incentives toward carbon neutrality and net zero. The need to mobilize additional resources, private and public, domestic and international, to help address bottlenecks for implementation of the 2030 agenda and the AAAA is widely recognized. For that reason, fostering capacity-building initiatives in low-capacity jurisdictions is paramount.

Our commitment

10. We applaud domestic tax reforms carried out by several G20 countries to tackle inequalities and promote fairer and more progressive tax systems recently. We vow to strengthen our domestic reform endeavors through peer support and the exchange of best practices.
11. We welcome the continued significant progress made towards the implementation of Pillar Two and will continue to support ongoing works to ensure coordination among countries implementing the Global Anti-Base Erosion Rules as a common approach. We remain committed to finalizing all components of the Pillar One agreement expeditiously with a view to signing the MLC as soon as possible.
12. We recall the benefits and call for the swift implementation of the Crypto-Asset Reporting Framework (CARF) and amendments to the CRS by relevant jurisdictions. We also recall our previous request to the Global Forum on Transparency and Exchange of Tax Information for Tax Purposes in relation to their widespread implementation. We note the update provided by the Global Forum on the CARF and look forward to future reports. We invite the OECD to continue exploring possibilities for interested jurisdictions to exchange foreseeably relevant information regarding real estate for tax purposes on a voluntary basis, including beneficial ownership information where it is foreseeably relevant, building on the OECD report for the Indian G20 Presidency.
13. With full respect to tax sovereignty, we will seek to engage cooperatively to ensure that ultra-high-net-worth individuals are effectively taxed. Cooperation could involve

exchanging best practices, encouraging debates around tax principles, and devising anti-avoidance mechanisms, including addressing potentially harmful tax practices. We look forward to continuing to discuss these issues in the G20 and other relevant forums, counting on the technical inputs of relevant international organizations, academia, and experts. We encourage the Inclusive Framework on BEPS to consider working on these issues in the context of effective progressive tax policies.

14. We note the debates in the UN Ad Hoc Committee to draft Terms of Reference for a UNFCITC. We expect the UN Member States to engage in the discussions in good faith and spirit of cooperation, considering the aspirations of both developing and developed countries for strengthening international tax cooperation and making it fully inclusive and more effective. Accordingly, we stress the importance of (i) supporting a stable and predictable international tax system and promoting inclusive and effective international tax cooperation by reaching broad consensus, (ii) prioritizing issues that are likely to reach consensus by countries and can be effectively implemented, and (iii) focusing on enhancing DRM and capacity building in tax matters for countries in need.
15. We recognize that strengthening technical assistance is essential to improve DRM in support of the SDGs, which allows for enhancing fiscal stability and economic growth and reducing poverty and aid dependency. We call on the Platform for Collaboration on Tax, international organizations, and other development partners to strengthen capacity-building frameworks, including those for supporting capacity-building initiatives, while facilitating the effective application of existing internationally recognized taxation principles and dispute resolution mechanisms. We also call on them to facilitate the implementation of progressive tax systems that focus on reducing inequalities and promoting economic growth. We will continue to provide bilateral support to enhance DRM to the countries in need through various initiatives, such as the Tax Inspectors Without Borders programme.



Esse exemplar é parte do nosso compromisso com a responsabilidade ambiental. Cada página foi impressa em papel proveniente de fontes responsáveis, refletindo nosso cuidado em preservar os recursos naturais e minimizar o impacto sobre o planeta. Edição limitada.



G20
BRASIL 2024
CONSTRUINDO UM MUNDO JUSTO
E UM PLANETA SUSTENTÁVEL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO